

Gloria Stefanini

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

1999

1999

1999

1999

1999

**RUMOS DA EDUCAÇÃO - A
CONTEMPORANEIDADE DA EDUCAÇÃO ESPECIAL:
Uma questão do Moderno ou de Consciência Social?**

Dezembro de 1999 Rio de Janeiro

Oficina 108 1999

Universidade do Rio de Janeiro - UNIRIO
Centro de Ciências Humanas - CCH
Departamento de Didática
Curso de Pós-Graduação Lato-sensu

RUMOS DA EDUCAÇÃO - A
CONTEMPORANEIDADE DA EDUCAÇÃO ESPECIAL:
Uma questão do Moderno ou de Consciência Social?

GLORIA STEFANINI

Orientadora: Prof. Dra. Angela Maria Souza Martins

Monografia apresentada ao final do curso de pós-
graduação Lato-sensu - Formação de Docentes
Universitários da Universidade do Rio de Janeiro

RIO DE JANEIRO
1999

S816 **Stefanini, Gloria.** Rumos da Educação. A contemporaneidade da educação especial: uma questão do moderno ou de consciência social ? / Gloria Stefanini . - Rio de Janeiro, 1999.

74p

Orientador: Angela Maria Souza Martins.

Monografia (Especialização) - Universidade do Rio de Janeiro. Curso de Especialização Lato Sensu- Formação de Docentes Universitários.

1. Deficientes - Educação. 2. Educação especial - Política e Governo. 3. Fundação Legião Brasileira de Assistência-LBA. I. Martins, Angela Maria Souza. II. Universidade do Rio de Janeiro (1979). Curso de Especialização Lato Sensu- Formação de Docentes Universitários. III. Título.

CDD - 371.904

Dedicatória

“Poder-se-ia dizer que o trabalho servil e não - qualificado tenderá a desaparecer. As máquinas o farão possível. Mas quando lá chegar-mos, não existirão deficientes. A ciência, capaz de construir robôs inteligentes aptos a substituir o ser humano em muitas tarefas, será, também, capaz de dominar a química e a estrutura cerebral e solucionar problemas das limitações do homem, que o aprisiona em cadeiras de rodas, que não o permite discernir entre o certo e o errado, que não o deixa “ver” a sombra de seus próprios passos, que não o permite tocar as trombetas do mundo, e “ouvir” o som que reclama por sua própria voz.”

Gloria Stefanini

- *A equipe técnica da Legião Brasileira de Assistência, em especial, a do Programa de Apoio a Pessoa Portadora de Deficiência. Respeito pelas vitórias alcançadas. Ternura pelos colegas de trabalho e aqueles que se tornaram amigos de verdade e porque não dizer... Saudade.*

Agradecimentos

- *Ao Magnífico Reitor da Universidade do Rio de Janeiro, Prof. Hans Jurgen Fernando Dohmann, pela honrosa oportunidade de apresentar, à academia, proposta de trabalho para a pessoa portadora de necessidades especiais;*
- *À Pró-Reitora de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão, Profa. Dra. Josete Luzia Leite, pela confiança no meu desempenho técnico na Pró-Reitoria;*
- *À Diretora do Departamento de Pesquisa, Profa. Dra. Kaneji Shiratori, pelo incentivo a realizar o curso, apoio e atenção nos momentos de minhas reflexões sobre o tema abordado na monografia.*

SUMÁRIO

	P.
RESUMO.....	6
1. INTRODUÇÃO.....	7
2. CAPÍTULO I	20
2.1. A Assistência Social no Brasil – Histórico da Fundação Legião Brasileira de Assistência – LBA.....	20
3. CAPÍTULO II.....	35
3.1. O Programa de Apoio à Pessoa Portadora de Necessidades Especiais (MPAS/MEC): Histórico / Criação do Programa / Reabilitação / Educação Especial.....	35
4. CAPÍTULO III.....	44
4.1. Proposta de Trabalho para a UNIRIO.....	44
5. CAPÍTULO IV.....	52
5.1 Educação: Educação Especial / Trabalho / Sociedade.....	52
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	63
ANEXOS.....	71
BIBLIOGRAFIA.....	74

RESUMO

O assunto escolhido para a elaboração desta monografia tem como tema principal o portador de necessidades especiais e as bases da política pública federal, assumida pelo Estado, enfocando a prestação de serviços especializados nas áreas de tratamento de reabilitação e de educação especial, através do Ministério da Previdência e Assistência Social e do Ministério da Educação e Cultura. O registro dos fatos ocorridos na política brasileira, nas décadas de 70 a 90, tem o propósito de resgatar o trabalho realizado por profissionais, tanto os servidores da Legião Brasileira de Assistência quanto profissionais de outras áreas de ação governamental, e de registrar a memória da Instituição voltada para as questões sociais da população brasileira. A apresentação da proposta de trabalho para a UNIRIO reforça a necessidade da concretização do papel político de suas ações e aponta como indicador primordial a contextualização da Universidade no processo e no convívio social da academia e a pessoa portadora de necessidades especiais, indicando seu envolvimento no processo de formação acadêmica, pesquisa, atendimento e prevenção, como também na área cultural. Os pontos de discussão abordados na parte conclusiva da monografia são resultantes da experiência adquirida durante dezoito anos de atuação no Programa de Apoio à Pessoa Portadora de Deficiência desenvolvido pela Legião Brasileira de Assistência, do qual fiz parte como técnica e como Coordenadora do Programa da Direção Nacional, evidenciando a importância da formação de um educador apto a lidar com as diferenças e consciente da atenção e do respeito com o qual deve ser tratada pessoa portadora de necessidades especiais.

I- Introdução:

Era uma vez...

Assim se começa a contar uma fábula. A Cinderela, A Bela Adormecida, Os Três Mosqueteiros, são todos aqueles livros que, envelhecidos de tanto serem manuseados, vão para a estante da biblioteca esperar que outra pessoa os pegue para que, novamente, uma criança possa ser embalada na fantasia de seu enredo e ,quem sabe, devanear através das imagens de florestas, bosques e castelos encantados.

E voltam todos aqueles livros para a estante do quarto do menino ou da menina a espera de que seu dono, algum dia, queira ser criança outra vez. Caso contrário, eles permanecerão em prateleiras de cristal, trajados de capa e espada, diz a lenda... adormecidos, mas belos...não mais.

Era uma vez...

Assim é que se continua a contar a mesma fábula. São eles, os livros, que guardam e perpetuam os segredos dos contos, o mistério das fábulas, a magia da vida, o poder da “história”.

Mas, aquela criança cresceu. E para que amontoar estas coisa velhas e empoeiradas no armário?. Então, em um dia qualquer, o grande saco plástico preto desce prédio abaixo com um destino final... o lixo!

Lá se foi a sua infância, lá se foram seus sonhos infantis, lá se foi ,quem sabe, a “história” desencantada, perdida, destruída. Foi sumindo...sumindo...sumiu. A estante ficou vazia e limpa.

O Brasil retumbante de alegria, festejava às margens plácidas, o povo heróico e a liberdade. Brilhando no céu da pátria a igualdade, a amada entre outras mil, salve,

salve a democracia. O povo brasileiro elegia seu presidente, pelo voto direto, escolhendo Fernando Collor de Mello para a Presidência da República.

E com ele, novas medidas foram tomadas, decretos foram assinados, e dentre outros, a transferência, para Brasília, dos órgãos públicos federais cujas direções centrais/direções nacionais que localizavam-se na cidade do Rio de Janeiro. Assim, em poucos meses, os funcionários que aqui permaneceram, imediatamente, foram deslocados para a Superintendência Estadual daquela instituição.

Um dia, em especial, eu estava contemplando a vista que se descortinava da janela da sala na qual trabalhava, e que de fato era maravilhosa, não por ser a cidade assim chamada, mas porque do nosso prédio avistava-se a bela Baía de Guanabara, porta de entrada dos navegantes de outrora e que hoje, grandes navios por ela deslizam para ancorar em terras brasileiras, como também, imensos pássaros de aço voam, saindo e entrando da cidade.

E pensava...

Como poderia reunir, novamente, a equipe de profissionais com os quais havia trabalhado, por longo tempo? Ali comigo, restavam apenas poucos deles. Éramos em seis, duas Assistentes Sociais, uma Pedagoga Especializada, dois Psicólogos e uma recém-formada em Pedagogia.

De comum, eu era a primeira a chegar e aos poucos nossa sala se completava e iniciávamos o trabalho diário.

Entretanto, naquele dia...

- Gloria, vamos até o corredor, eu quero que você veja o que tem lá!

Dizia Luíza, para mim, com a voz trêmula e ofegante por ter corrido para me chamar.

- Calma, Luíza. O que está acontecendo?

respondi, imediatamente.

- Não sei direito, mas tem algo estranho acontecendo, os arquivos da nossa antiga sala não foram removidos na mudança, porém estão vazios.. Sumiram com os documentos do “PPD”. (esta era a sigla do Programa de Apoio à Pessoa Portadora de Deficiência, no qual trabalhávamos).

Encaminhei-me até a porta de entrada daquela sala e juntas constatamos que os arquivos haviam sido esvaziados por completo e o material desaparecido.

- E agora, Glória. O que vamos fazer?. Como fizeram isto?. Será que já enviaram tudo para Brasília?. Por que não nos chamaram para ajudar, eles sabiam que estávamos aqui ao lado e que nós iríamos separar o material. Assim estava combinado.

Luíza não se continha e falava compulsivamente, o que era normal acontecer todas as vezes que ficava nervosa, não parava de falar.

- Calma Luíza.

Dizia eu para ela, tentando entender o que realmente teria acontecido.

- Vamos procurar o pessoal da mudança e perguntar a eles onde está o material do PPD

- Vamos, depressa. (Respondeu Luíza, já mais tranqüila). Acho que eles, estão embalando os móveis do outro andar

Voltamos, então, as duas perplexas e com a certeza de que nada mais havia do Programa na Superintendência da LBA do Rio de Janeiro. Não sei se devido ao susto, voltamos tristes pelo mesmo corredor , de retorno à nossa sala.

Com os olhos baixos, olhávamos o chão pelo qual caminhávamos, quase que contando os passos que nos separavam de um passado tão recente em nossa memória, e ao mesmo tempo pensava eu aflita, como contar esse fato para os colegas que ficaram em suas mesas?.

Ao chegar junto à porta do Gabinete, que era a passagem obrigatória para nossa sala, me dei conta de que haviam grandes sacos de plástico preto próximos ao “hall” do elevador. Falei para ela.

- Luíza, o que é aquilo ali?. Eu nem tinha reparado quando saímos em disparada, antes.

Disse, com um tom de apreensão em minha voz.

- Não sei. Eu também não tinha reparado!. Mas vamos dar um olhada.

(Ela respondeu).

Não é preciso dizer, é claro, que naquela montanha de plástico estavam todos os nossos documentos, alguns rasgados outros não, mas ali estava o material, de vários tipos, tamanhos, rascunhos, originais, projetos, livros, apostilas, simplesmente tudo.

Só não estavam nossos companheiros de trabalho, a equipe técnica do PPD (Médicos, Psicólogos, Assistentes Sociais, Pedagogos Especializados, Fonoaudiólogos, Psiquiatras, Fisioterapeutas, Neurologistas, Pediatras, ...).

A única lembrança naquele momento era a caligrafia reconhecida uma a uma, enquanto trazíamos os documentos para a sala e os colocávamos, agora com a ajuda dos nossos colegas, de volta para a estante.

Para o lixo?...

Não sei se este seria o fim daqueles sacos amontoados no corredor. O material encontrado ficou guardado conosco, e depois de quatro anos, com a extinção da LBA, decretada no ato de posse do presidente Fernando Henrique Cardoso, em 1994, passou a fazer parte da estante de minha casa.

Era uma vez...

Assim, eu conto esta história, pensando no que representou para mim ter tido a honra de ser funcionária da Legião Brasileira de Assistência, ter participado da

implantação e da execução da política nacional de atendimento a pessoa portadora de necessidades especiais, ter tido colegas de trabalho, profissionais de alta qualidade, de ter aprendido com eles uma grande lição de vida. Cuidar da “coisa” pública e cuidar, principalmente, dos cidadãos brasileiros, que, por motivos de má formação congênita, acidentes genéticos, lesões, riscos de parto, como também, riscos sociais, além de outras tantas causas, necessitaram do nosso trabalho, de nossa atenção, de nosso afeto e de nossa dedicação profissional.

E assim, acabou-se a história...

Ao contrário...

Por estar em minha estante, por pertencer a minha vida, por ter sido recuperado parte do que foi escrito e realizado pela equipe técnica da LBA e do Programa de Apoio a Pessoa Portadora de Deficiência, em todo o território brasileiro, eu posso começar este conto, eu devo registrar isto como história, porque falando sobre ela, escrevendo sobre os fatos, redescobrimos caminhos já traçados pela política (social) pública no Brasil, e por alguns, esquecida..., penso estar resgatando, um pouco, do que muitos deixaram por escrito, trabalharam e lutaram para uma sociedade e população brasileira digna, resgatando, também, um pouco, da memória de uma instituição, criticada por muitos, mas capaz de manter, até hoje, no coração de seus servidores, técnicos ou não, uma saudade imensa e uma vontade de que o tempo pudesse voltar atrás.

A temática da monografia tem como objeto de estudo o portador de necessidades especiais e as bases da política pública assumida pelo governo federal no que se refere a prestação de serviços especializados, através do Ministério da Previdência e Assistência Social e do Ministério da Educação e Cultura, retratada, neste trabalho, pela ordenação dos resultados de um empreendimento cooperativo de

estudo, reflexão, debate e conclusões em que se empenharam profissionais da área, técnicos, juntamente com os representantes das entidades particulares, todos à procura de soluções adequadas para a educação e a reabilitação dos portadores de necessidades especiais no Brasil.

Sem o preciosismo dos conceitos e fugindo ao risco das definições controvertidas, cabe-nos perguntar - e tentar responder: o que é a pessoa portadora de necessidades especiais e como deve ser ela caracterizada nas relações do Estado com os deveres da Assistência Social, Educação, Saúde etc..

Praticamente é deste século a preocupação sistematizada de aceitar a pessoa portadora de necessidades especiais e procurar integrá-la na sociedade. Adotando um conceito difundido entre os técnicos da área, quatro aspectos básicos podem qualificá-las:

- a existência de qualquer anomalia, defeito, deficiência ou desajustamento físico ou psíquico;
- a origem congênita ou, pelo menos, a aquisição precoce, no período de maturação sômato-psíquica infantil, de tais alterações;
- o caráter habitual de cronicidade e persistência das alterações por toda a vida, ainda que podendo ser, eventualmente, atenuadas;
- a impossibilidade ou, pelo menos, a dificuldade de plena utilização da maioria dos indivíduos nos deveres e tarefas do meio comunitário, ficando ela condenada a uma situação de maior ou menor marginalidade.

Respeitando esses aspectos, poder-se-á dizer que a pessoa portadora de necessidades especiais é o indivíduo portador de anomalias físicas ou psíquicas, congênicas ou de aquisição precoce, persistente ou modificáveis no curso da vida e que dificultam o seu pleno ajustamento ao meio comunitário.

Sendo a deficiência uma situação congênita ou de aquisição precoce, entendida esta última como limitada até o final do desenvolvimento, não é recomendável que recebam também a rubrica de “deficientes” todos os que venham a apresentar anomalias depois desse limite etário. Se assim o fizermos, estaremos contribuindo para complicar ainda mais o entendimento dessa figura clínica.

No entanto, a deficiência também não é, obrigatoriamente, uma patologia a ser interpretada apenas durante o período de infância, pois há, evidentemente, a considerar 3 níveis etários:

- 1) - crianças portadoras de necessidades especiais - aquelas que apresentam defeitos físicos ou psíquicos, congênitos ou adquiridos até o fim da infância;
- 2) - jovens portadores de necessidades especiais - aqueles que, vindos da infância, conseguiram chegar à adolescência, apesar de suas deficiências físicas, mentais ou sensoriais;
- 3) adultos portadores de necessidades especiais - representados por aquele contingente de indivíduos que atravessaram o período de adolescência, chegando à idade adulta com toda a patologia característica da deficiência.

Cada um desses grupos exige um enfoque especial numa política global de atendimento, em vista da evolução de sua patologia em interação com o meio ambiente em que vivem.

A complexidade que envolve o tema desafia especialistas, educadores e os que tem o poder de decisão. A sociedade contemporânea, até mesmo nos países em desenvolvimento, vem demonstrando crescente interesse pelos problemas relativos a pessoa portadora de necessidades especiais. A transição de uma economia agrícola para uma fase de tecnologia industrial aumenta as exigências quanto ao nível de preparo e desempenho de seus cidadãos. As crianças e os adolescentes portadores de

limitações podem ajustar-se ao meio rural, mas tornam-se inseguros ante as maiores exigências do meio urbano. A menos que recebam atendimento adequado, tornar-se-ão apenas consumidores, sem qualquer contribuição à sociedade.

Os conceitos atuais de vanguarda, conectada aos avanços trazidos pela geração de tecnologia, também, aplicáveis à educação valorizam outras formas de oferecer à sociedade cultura e conhecimento. É fato pensar que na atualidade somente uma entidade voltada para o futuro poderá oferecer ao estudante uma qualidade tal de ensino comparável à existente no mundo pós-industrializado.

Vale ressaltar, ainda, que a posição tomada na elaboração desta monografia fundamenta-se nas características filosóficas, políticas e socioculturais da sociedade: todas as pessoas devem ter oportunidade de desenvolver ao máximo suas potencialidades. A reabilitação, a educação, o esporte e o lazer, a saúde, a cultura e o trabalho exigem a atuação conjunta de equipes interprofissionais, planejamento e ações sistemáticas para que apresentem resultados significativos.

O Brasil não dispõe de levantamentos sistemáticos e fidedignos do número de pessoas existentes no país que sejam portadoras de “quaisquer” tipos de deficiências. No entanto, a ONU estima que, em países da nossa característica de desenvolvimento, cerca de 10% da população apresente os mais diversos tipos de deficiência e estão em sua maioria desassistidos ou são atendidos de forma precária, e, conseqüentemente, marginalizados do processo de desenvolvimento humano e social.

Resultantes de defeitos congênitos, de doenças, abuso de drogas, nutrição inadequada, de acidentes, de natureza doméstica como maus tratos, agressões e relações humanas conflituosas e, principalmente, da falta de informação adequada, a incidência de deficiências tem aumentado, em todo o mundo, com maior rapidez do que a expansão dos serviços especializados oferecidos à população brasileira, dentre

eles o da prevenção, educação e tratamento de reabilitação.

O que se observa através desta realidade, prende-se, dentre outros, aos seguintes fatores:

- - alto custo, quer seja por órgão público ou entidades particulares, e que impede um maior alcance numérico da massa crítica evidenciada;
- - insuficiência quantitativa e qualitativa de entidades voltadas para a educação e para o tratamento especializado;
- - falta de interiorização, impedindo que os pequenos núcleos afastados dos grandes centros, as zonas distantes, rurais ou não, sejam, também, atingidas;
- - a pouca atenção que tem sido dada a prevenção de deficiência em sua verdadeira acepção e em seus três níveis, primário, secundário e terciário, pela sociedade brasileira;
- - estratégias políticas que representem ações governamentais concretas e eficazes no trato da matéria.

Com relação à saúde, a análise da situação nos remete a um quadro ainda mais crítico. Grande parte das deficiências poderiam, e podem, ser evitadas, através de medidas preventivas e de programas de informação e esclarecimento à população para a efetivação de medidas gerais de saúde.

A precariedade dessas medidas tornam o sistema oneroso, não só em termos econômicos como em termos sociais, além de manter grande faixa da população num processo crescente de marginalização. Além disso, as ações básicas de saúde não priorizam a prevenção específica das deficiências, bem como o desenvolvimento da criança de 0 a 6 anos.

Faz-se relevante lembrar que, muitas deficiências (congenitas ou adquiridas) poderiam ser evitadas ou reduzidas, mediante a adoção de medidas simples, as quais

estariam dentro das possibilidades de cada comunidade, família e indivíduo. É tempo, portanto, de se encarar com seriedade o problema e tentar solucioná-lo à partir de uma ação comunitária simples, efetiva e eficaz.

Para essa solução, é preciso muito pouco, devendo ser o assunto encarado de frente, sem temores de agir, simplificando as ações tanto preventivas quanto de tratamento, na medida em que for viável essa simplificação.

A carência de especialistas e professores preparados para o ensino especial vem dificultando a criação de novos serviços educacionais, bem como a melhoria dos já existentes. As universidades, de modo geral, e outros centros de formação e aperfeiçoamento de recursos humanos, não desenvolveram preparação sistemática para cobrir as necessidades existentes.

Ainda hoje, encontramos profissionais que desenvolvem seus próprios programas educacionais, suas próprias técnicas de tratamento, seus próprios grupos de trabalho, cujos resultados, embora respeitados, mantêm particularizado o conhecimento técnico e restrita a oferta de serviços. Perpetuando-se, assim, ações e iniciativas de uma minoria de pessoas que, em sua grande maioria, está, direta ou indiretamente, envolvida com o problema.

A busca de soluções ainda está nas mãos daqueles que necessitam encontrar alternativas rápidas e de fácil alcance para auxiliar-lhes num momento tão delicado como este no qual inúmeras famílias se vêem a encarar. Não é simples, nem confortável conviver com tal sofrimento sabendo que existem leis e políticas públicas destinadas, aliás unicamente destinadas a proporcionar condições de tratamento, educação e trabalho para aqueles que por infortúnio da vida nasceram ou adquiriram uma deficiência, ou que, como é moderno dizer, pessoas que necessitam de atenção especial.

Como entender os preceitos da Carta Magna de nossa nação que enuncia “todo indivíduo tem direito a saúde, educação e trabalho”!. Como aceitar, sem indignação, que seres humanos sejam colocados à margem do processo de desenvolvimento social, que não sejam respeitados e valorizados como cidadãos brasileiros com todos ou mais direitos aos bens e serviços governamentais.

O que se objetiva com o desencadeamento da abordagem, nesta monografia, é o fortalecimento de uma ação integrada (e integradora), consciente (politicamente falando), consistente (humana e socialmente falando), simples, efetiva e eficaz da atuação da UNI-RIO junto a pessoas com necessidades especiais, mediante uma proposta de trabalho, cujo propósito é o de indicar ações que concretizem, efetivamente, seu envolvimento nesse processo, abrangendo as áreas de tratamento de reabilitação, educação especial, formação acadêmica, pesquisa aplicada, prevenção, como também a área cultural.

Esta proposta, entendida como elemento de transformação social, tem como objetivo sugerir meios capazes de conduzir e preparar uma UNI-RIO nova e pronta para estar “de pé” com as demais universidades no limiar do 3º milênio. Ressaltando, ainda, que este processo de transformação da Universidade perpassa por outras propostas que devem, também existir.

A retórica de hoje é a modernidade da comunicação. A velocidade do intercâmbio de informações permite a evolução das ciências, aceleradamente, porque o mundo está mudando, o país está mudando e a UNI-RIO não deve estar, apenas, presente em si mesma, mas assumir o seu caráter de UNI - VERSIDADE para atentar pelo tempo que há de vir.

Partindo-se da premissa de que o processo transformador na universidade inicia-se pela expansão e implementação de diversas áreas da prática acadêmica, a

integração e efetiva participação da UNI-RIO no contexto social tornar-se-ão elementos facilitadores de sua “inter-ação” como um todo, colocando-a, concretamente, frente ao atendimento das demandas sociais e das reais necessidades da comunidade inter e extra muros”.

O caráter desta proposta é fruto da urgente necessidade de adequação e criação de mecanismos ágeis de respostas aos modelos social, econômico, tecnológico e cultural estabelecidos pelo Governo Federal que fundamenta-se em linhas políticas de descentralização das ações do Estado e da globalização da estrutura da sociedade brasileira imposta pela modernidade mundial.

Através do reconhecimento de que se trata de iniciar um processo dinâmico, em constante adaptação às peculiaridades das diferentes etapas, medidas e responsabilidades inerentes aos vários órgãos de governo, estaremos desempenhando nosso dever institucional e nosso papel como educadores e formadores de uma sociedade “pensante”, contribuindo a passos largos na formulação de política de ação capaz de unir os esforços no atendimento que urge na atual conjuntura brasileira.

Revelar a identidade da LBA e o grau de efetividade de suas ações requer retomar sua trajetória no interior das próprias formas que o Estado brasileiro seguiu contribuindo para enfrentar a pobreza de seus cidadãos. É assim necessário sinalizar, mesmo que sumariamente, a determinante maior deste processo: o projeto econômico político brasileiro e seus desdobramentos sociais nos últimos 40 anos. O capítulo I inicia o desenvolvimento da monografia visando proporcionar uma leitura breve da história da política pública social, como também, perceber o papel da LBA na sua integração na política social de atendimento a pessoas portadoras de necessidades especiais.

No capítulo II é apresentada a efetiva integração e participação da LBA, tanto na estruturação quanto no estabelecimento de linhas de atuação da Instituição no campo mencionado, social e de reabilitação. Além disso, são destacadas as responsabilidades de cada órgão representativo do Ministério da Educação e da Cultura e do Ministério da Previdência e Assistência Social tendo como objetivo demonstrar que as políticas públicas federais estabelecem na década de 70 planos concretos, efetivos de atuação conjunta na tentativa de implantar um trabalho voltado para o contexto social.

A iniciativa de elaborar uma proposta de trabalho, integrado e participativo, voltado para o atendimento a pessoas portadoras de necessidades especiais é demonstrada no capítulo III, através da apresentação do projeto, já formalizado na Universidade (por tramites legais), em 1977, e que tem como indicador primordial a contextualização da UNI-RIO em seu papel político e social.

O capítulo IV, aborda assuntos relativos a educação especial como parte integrante do processo educacional, o trabalho e a sociedade. A busca de soluções e alternativas de atendimento.

A conclusão é apresentada como considerações finais do tema da monografia evidenciando pontos de discussão sobre os resultados apresentados em documento elaborado por representantes da área pública e privada, participantes de Evento recentemente organizado no estado do Mato-Grosso do Sul. Além disso, abordada tema referente a importância da formação de um novo educador que saiba lidar com as diferenças e seja consciente da capacidade do portador de necessidades especiais de atingir o máximo de potencialidades individuais e a atenção especial com a qual deve ser tratado: como um indivíduo, respeito e dignidade, como um cidadão, pleno em seus direitos e deveres, e como ser humano, que ele é.

Capítulo I: A Assistência Social no Brasil

♦ *Um pouco da história da LBA*

Em 1942, quando surgiu, a Legião Brasileira de Assistência destinava-se a apoiar as famílias dos soldados brasileiros que participavam da Força Expedicionária Brasileira - FEB. Dona Darcy, mulher do presidente Vargas, assumiu a responsabilidade de liderar as mulheres brasileiras para participar, a título de voluntárias, do esforço de guerra que se fazia no país, assistindo aos necessitados e, especialmente, as crianças e suas mães.

♦ *1942 - O período campanhista:*

Até o início dos anos 30 o Estado brasileiro assumia a questão social basicamente como uma questão de polícia e não de política social. O compromisso assumido após a 1ª guerra - Tratado de Versalhes - de amparar o trabalhador, foi no Brasil, saldado de forma frágil e precária pela regularização das Caixas de Aposentadoria e Pensões. O atendimento às necessidades da maioria não previdenciária, se dava pelas iniciativas da rede de solidariedade civil - Santas Casas, Beneficências e Associações de Socorros Mútuos.

Como missão legionária da sociedade, a LBA foi instalada, em 42, no Ministério da Justiça e Negócios Interiores, como uma sociedade civil de finalidades não econômicas para congregar as organizações assistenciais de boa vontade. Seu vínculo institucional era duplo: de um lado o Ministério da Justiça e Negócios Interiores para as ações sociais e, de outro lado, o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio para aplicação de recursos.

Naquele momento, seus recursos procediam de cotas iguais de colaboração entre empregados, empregadores e a União, tendo por base 0,5% sobre o salário do empregado.

Ocorreu, também, um forte chamamento dos governos estaduais, através das primeiras-damas buscando a união de esforços. Os usuários eram as famílias dos pracinhas; os integrantes da Marinha Mercante, os servidores, as voluntárias e alguns funcionários públicos disponibilizados para trabalhar com as primeiras-damas. Esta era sua

clientela prioritária, porém a Legião estendia sua ação às classes sociais menos favorecidas do país, sem restrição alguma, a quem recorresse a seus postos de auxílio - tanto à grande massa não previdenciária, como àqueles já ligados ao sistema.

Até então, a LBA não tinha quadro funcional próprio. Era o tempo da madrinha dos combatentes, das campanhas, etc. Expressava a “parceria” entre o voluntariado civil e o empresariado. Reforçou-se com a criação da LBA o papel contributivo da mulher no enfrentamento das situações sociais adversas já que a esse órgão coube a mobilização da sociedade durante a 2ª guerra mundial.

A história das Superintendências Estaduais refletia este rumo inicial. Foram criadas no período do nascimento da LBA nacional. De início, eram Comissões estaduais presididas em cada Estado pelas primeiras-damas, ou seja, esposas de governadores, um secretário, um tesoureiro, um grupo de voluntários e uma “meia dúzia” de servidores cedidos. Este princípio se estendia aos municípios através de Comissões Municipais, que eram presididas pelas esposas dos prefeitos.

A ação da LBA, naquela época, não se fazia de maneira sistemática mas, ocasionalmente, em épocas de calamidades públicas, como no caso da seca, enchente, campanhas em geral, e campanhas para angariar fundos para a própria instituição. Ela servia, assim, de instrumento do populismo brasileiro nas alianças Estado/Sociedade Civil, insinuando-se como a mãe da sociedade, marcada por ação paternalista e de prestação de auxílios emergências e paliativos à miséria.

Embora o discurso da presidente, D. Darcy Sarmanho Vargas, insinuasse que a orientação de suas ações devesse superar o assistencialismo, de fato isto não ocorreu. A LBA, em sua criação, era a expressão da parceria entre o Estado, o empresariado e o voluntariado feminino civil, para atender a pobreza.

♦ 1945 - *O pós-guerra e a nova institucionalização:*

Nos diferentes países aliados, ao final da Segunda Guerra Mundial começava a tomar forma o pacto interclasses sociais que iria sustentar o que se chamaria o Estado de Bem-Estar Social.

Os serviços sociais deviam ser providos a todos os cidadãos. As garantias, pelo Estado, da seguridade social não chegaram porém ao Brasil. Aqui os serviços sociais eram estendidos gradualmente a alguns trabalhadores, a partir do tipo de ocupação que desenvolvessem. Não se dirigia a todos, nem a todas as necessidades.

Os serviços sociais públicos naquela contexto mesclavam-se com os serviços previdenciários que operavam sob o padrão da segurança social, isto é, estendiam-se só àqueles que possuísem uma relação contratual de pré-pagamento pelos serviços auferidos.

Os segmentos mais pobres, sob tal compreensão não eram os trabalhadores, já que sub-empregados ou sem vínculo formal, não se incluíam em tais serviços. Para aqueles eram destinados os programas assistenciais à título compensatório ou de benesse por parte do Estado ou da sociedade civil.

Em 1945 com a retomada democrática vários presidentes alternaram-se na gerência da LBA. A presidência fora ocupada interinamente em 1943 com a morte de Getúlio Vargas Filho, por Rodrigo Otávio, após por Alzira Vargas do Amaral Peixoto que dava início à padronização das ações da LBA, criava orçamento, definia salários aos funcionários retornando após a Darcy Vargas.

A LBA já dispunha de algumas unidades próprias, possuía inúmeras unidades nos vários estados como creches, lactários, orfanatos, hospitais. Aquela rede de serviços aparecia como de alta relevância naquilo que já se insinuava claro: a assistência social como complemento fundamental das políticas sociais no que se referia a extensão de alguns serviços a massa de trabalhadores excluídos ou pauperizados. Já demonstrava no

pós-guerra a preocupação com a modernidade administrativa dos órgãos estatais, cujo crescimento sob a ditadura do Estado Novo - 1937/1945 - fora significativo.

Seus estatutos reformados criavam o cargo de Presidente efetivo, agora de “livre-escolha” do Conselho Deliberativo. A esposa do presidente passava a ser uma patronessa na condição de presidente de honra. Ocorria o incremento do pessoal técnico. Os empregados deixavam de contribuir para a assistência pela LBA, já que o faziam para com a previdência social. Cabia ao empregador bancar a sua parte.

Naquele novo momento, a LBA nacional estabelecia novas parcerias com o capital financeiro. Nos anos 50 os programas sociais tiveram forte caráter assistencial e foram se alterando e se moldando às diversas conjunturas, respondendo às necessidades do capital - preparo de mão de obra; ampliação de demanda por bens de consumo; controle social - e algumas necessidades de parte dos trabalhadores do exército de reserva.

Os anos 50 representaram o início da modernização do aparelho do Estado. Suas ações assistenciais evoluíram, passando desde a arrecadação de fundos para a manutenção de instituições carentes, auxílio econômico, amparo e apoio à família, orientação maternal, campanhas de higiene, fornecimento de filtros, assistência médico-odontológica, manutenção de creches e orfanatos, lactários, colônias de férias, concessão de instrumentos de trabalho, etc.

Expandia, na época, na maioria dos estados sua rede de equipamentos sociais: Casa da criança, Postos de puericultura, Hospitais Infantis, Maternidades, Educandários.

◆ *Pós-64 - A LBA em compasso de definição.*

Nos anos pós-64 transmutava gradualmente o perfil legionário para o de órgão governamental. Distinguiam-se, porém, dois momentos no interior da LBA:

1) sua rejeição pelo novo governo militar, espelhada na redução de recursos e condições, e

2) após 1974, o começo de sua institucionalização como órgão governamental, a nível federal.

Perdia a patronesse da primeira-dama como a contribuição empresarial. Seus recursos procediam do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS através de repasses realizados pela União. O governo militar não supunha, inicialmente, a manutenção da figura de primeira-dama. Tal posição foi quebrada porém por Yolanda Costa e Silva. Mesmo assim, a LBA passava a ter no pós-64 vinculações com a Previdência Social.

Naquele período o discurso institucional e acadêmico tendia por forte acento na antinomia entre assistência social e promoção social. O discurso iria marcar a rejeição das ações tidas assistenciais, embora elas permanecessem e se expandissem. A ideologia da promoção social valorizava a “ascensão social“ da população demandatária dos programas assistenciais através da educação social e inserção no mercado de trabalho.

O ano de 1966 foi o marco de mudanças para toda a LBA, e, uma série de alterações ocorreriam nas LBA's Estaduais, alternado sua face inicial: transformavam-se as Comissões Estaduais em Diretorias Estaduais. Demarcava o início da assistência profissional, com a criação da Divisão de Serviço Social. Redimensionava seus objetivos que passavam a ser, além de defesa da maternidade e da infância, a preocupação com o adolescente, criando condições de trabalho para os jovens/adultos. Eram criados os Departamentos de Educação para o Trabalho, Medicina Social e Serviço Social. Contudo, mantinham os antigos Departamentos de Administração e da Procuradoria - Assistência Jurídica.

A partir de 1969 seus recursos passariam a proceder da Loteria Esportiva Federal, 40% de sua renda líquida para os Programas da LBA. Deixava de ser um órgão legionário transformando-se em Fundação vinculada ao Ministério do Trabalho e da Previdência Social.

A política desenvolvimentista forçaria a ação da LBA através de programas que segmentavam a população em clientela. Os conceitos de populações, cidadãos, classe social eram higienizados e neutralizados. A década de 60 trazia o retorno de um regime político militar ditatorial e, naquele contexto, a assistência/repressão voltam a se constituir na “dobradinha” de enfrentamento e trato das questões sociais. Germinava igualmente a expansão acelerada da economia resultando no chamado milagre econômico dos anos 70. A vertente tecnicista vai marcar a década de 70.

A produção de serviços sociais desses organismos, seguia a lógica do retalhamento do social e das necessidades do indivíduo “carente”. Era o tempo das “re-partições” sociais. Manifestava-se um recorte claramente compensatório e conjuntural.

Com a criação do Ministério da Previdência e Assistência Social, em 1974, a LBA ganhava novo estatuto como órgão federal reforçando sua identidade no conjunto da ação social federal. Seus recursos agora eram procedentes do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social - FAS. Vai rompendo sua natureza explicitamente como parte componente da ação governamental. Tornava-se um dos órgãos componentes do Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social - O SINPAS. A este tempo vivia-se um novo momento social e político.

◆ *1977 - A LBA no contexto da proteção social*

Em 1974, quando a LBA passava a fazer parte do então recém-criado Ministério, incorporava o Programa FUNRURAL, o atendimento ao Idoso e ao portador de necessidades especiais, procedentes do INPS.

Com esta mudança a LBA extinguiu o Departamento de Medicina e transferia à Previdência os hospitais e maternidades, embora permanecesse com as ações básicas de atenção a saúde materno-infantil. Idosos e portadores de necessidades especiais, até então grupos demandatários da Previdência Social, foram realocados no campo da Assistência

Social, já que a LBA, uma fundação e não órgão de administração direta, ficava responsabilizada pela política de assistência social governamental.

O pobre, a pobreza apareciam em cena na concepção de quarto estrato. Era o período da teorias da marginalização e, seu contraponto, a integração social. Reforçava-se, naquele momento, a concepção de promoção social como oponente da assistência.

Esta representava a manutenção da dependência, em contrapartida, a promoção social, o ideário da ascensão social. O conceito de carência era o contraponto da visão de “normalização”. As lutas no campo não tinham visibilidade, o urbano é que era posto em foco. É de se lembrar que foram criados, a exemplo, os Centros Sociais Urbanos.

“..., em termos práticos, consiste, justamente, na proposta de aplicar-se um somatório de múltiplas atividades tendo em vista a inserção daquele indivíduo na região de reestratificação,..., mediante estratégia de diversos programas existentes, bem como de projetos na área de influência da LBA, em operação conjunta com a comunidade.” (pronunciamento do presidente da LBA, à época, Luiz Fernando da Silva Pinto).

Identificada com a pobreza a estratégia de ação era transformar a LBA num banco de desenvolvimento. Sem dúvida é uma questão que permaneceu nas ações da LBA quando eram repensadas suas duas frentes de ação: a prestação de serviços padronizados e, de outro lado, o financiamento e apoio a projetos de desenvolvimento comunitário.

A fala do presidente da LBA, no período, representou sem dúvida arranque fundamental ao órgão ao indicar a importância da ação comunitária, contudo, pensada e vista a população demandatária como quarto estrato, ou como carente, não era compreendida como força para lutar pelos seus interesses.

A ação comunitária foi, então, a resultante do perfil educativo do técnico. Cresciam os recursos da LBA, em 100%: o trato da pobreza havia sido tornado “científico” com

padrões e indicadores. Era um fenômeno a ser estudado, analisado e minorado. A pobreza passava a ser reconhecida pelo governo, mas na condição neutra de um fenômeno sem sujeitos, isto é, sem interlocutores.

Na revisão estatutária de 1979 a LBA expressava algumas marcas políticas do período como a vertente tecnocrática e mudava, também, a fonte de custeio dos serviços para o Fundo de Previdência e Assistência Social - FPAS. Os núcleos de voluntariado foram reforçados, já no governo do General Figueiredo, com a implantação do Programa Nacional de Voluntariado e a presença de Dulce Figueiredo. A LBA multiplicava frentes de trabalho, mas não alterava seu perfil de atuação.

Embora na década de 70 novos recursos, programas e órgãos tivessem se voltado ao combate a pobreza, a miséria se apresentava mais extensa: aprofundava-se a desigualdade social.

♦ *1985 - A descentralização da LBA*

Ao apresentar relatório, em 1984, Léa Leal, presidente da LBA, na gestão João Batista Figueiredo, apresentava um patrimônio de:

-135.000 voluntários

-6.000 entidades sociais conveniadas

-2.000 equipamentos sociais próprios e

-8.000 servidores.

O voluntário foi “o parceiro” potenciado nesta gestão: a estratégia de ação da LBA voltou-se à “co-participação” efetiva e responsável da sociedade no trabalho social para buscar e realizar soluções, obrigação que, no Estado moderno, não podia mais ser deixada aos cuidados, por vezes paternalistas, do governo.

Desenvolvia-se o conceito de seguridade social. Esta nova concepção substituiu as leis policiais em relação à pobreza pelo reconhecimento do cidadão e atribuição de direitos

sociais. Em decorrência o governo passava a prestar serviços sociais a todos os cidadãos, universalizavam-se os programas de saúde, educação, habitação. A assistência social era absorvida pelos direitos de seguridade.

A partir da Nova República, o Plano Setorial/Ministério da Previdência e Assistência Social - MPAS - 1986/1989 afirmava para todo o sistema um conjunto de princípios, dentre os quais se destacavam:

-“democratização da gestão com transparência das ações e participação de contribuintes, beneficiários e usuários...- descentralização das ações, em particular da assistência médica e da assistência social...- modernização e racionalização gerencial instituindo mecanismos eficazes e ágeis de planejamento, implementação e controle das ações”.

A LBA, como parte integrante do SINPAS, via-se impregnada destas orientações que supunham um reordenamento institucional trazendo à tona a figura do usuário. Mais do que isso, resgatava a idéia “pobre usuário” como um cidadão. Mudava a fala institucional incorporando a noção de serviços como direitos, o brasileiro pobre deixava de ser o cliente carente para se constituir no cidadão usuário.

O novo ideário convivia com uma instituição onde amplo quadro de servidores buscava também, sua cidadania institucional articulada numa organização, de caráter sindical, denominada Associação dos Servidores da LBA - ASSELBA. Em muitas situações, o novo quadro dirigente da LBA passava a ser retirado exatamente dos segmentos mais mobilizados dentre os servidores, forma estratégica para impulsionar um novo perfil institucional.

A nova diretriz era a modernização deste aparato, a descentralização e municipalização; a eleição de novos parceiros na gestão de programas sociais - no caso as

associações comunitárias e as prefeituras. A noção de direito aos serviços sociais já atravessava os discursos de mandantes e usuários.

Na Nova República, a LBA ganhava novos contornos. Sem descartar a assistência social buscava se afirmar como uma agência de desenvolvimento social. Sofria um processo de reestruturação e modernização cujo objetivo era caminhar em consonância com as diretrizes da Nova República: descentralização, participação da comunidade e usuários, desburocratização e municipalização.

Compondo as propostas de revisão organizacional a LBA era submetida a novo regimento interno que indicava a possibilidade de cada Superintendência Regional criar sua proposta organizacional. A Direção Nacional era reorganizada e a antiga estrutura funcional assentada em programas (Secretaria de Assistência e Bem Estar Social com os Departamentos de Serviço Social, Educação para o Trabalho, Nutrição Materno-Infantil, Assistência aos Excepcionais e Idosos) fora substituída por duas áreas objetivos na “Nova LBA”: Apoio ao Cidadão e à Família - SAC e Apoio Comunitário e Institucional - SAI.

Na gestão de Marcos Vilaça foi instituído grupo de trabalho para processar a mudança administrativa da instituição com funções de subsidiar o processo de regionalização das ações e sua descentralização.

...”A nova preocupação é de : procurar trabalhar com “potencialidades” e não só com “carências”; “buscar sistemas integrados de parcerias e acordos”, que levem a “formas alternativas de trabalho social com a população”. (documento Descentralização e regionalização das ações da LBA)...Com a intenção de transformar a LBA, o Governo Federal empreendeu, a partir de 1987 a implantação gradativa da Reforma Administrativa, envolvendo funcionários e profissionais em um processo de reflexão, estudos e debates para uma reforma organizacional moderna,

na tentativa de amenizar os complicados rituais burocráticos, assegurar a qualidade e ampliar a distribuição de serviços, implantar a descentralização e municipalizar o mecanismo assistencial”.(Relatório do Núcleo Institucional de Pesquisa de Mato Grosso).

◆ *1988/1989 - Fim da década - A LBA no enfrentamento da pobreza do Brasil*

Assistimos nos últimos anos de Nova República o uso e abuso de velhas e modernas formas populistas de condução da relação Estado e Sociedade Civil. Mas, foi, um momento de avanço de conquista da cidadania já que os servidores públicos, trabalhadores, pobres e excluídos reclamavam relações igualitárias e transparência no discurso e ação do Estado.

A LBA e os demais órgãos voltados à assistência social representavam uma forma de Estado Paralelo (mesmo que secundária) na distribuição dos serviços às camadas populares. Esta forma secundária de constituir do Estado começava a apresentar vontade política em sair do ocultamento para se apresentar à claridade oficial. A assistência social e os órgãos prestadores de assistência reclamavam o ganho de identidade e transparência.

A crise política e o movimento de ampliação do espaço democrático brasileiro permitiam revelar caminhos desta identidade e uma clara propositura para a política de assistência social no Brasil.

◆ *A década de 90*

Chega a, então, era “Collor”. Rosane Collor de Mello assumia a presidência da LBA, retroagindo quase três décadas, ao retomar a tradição e ser a primeira-dama, presidente da instituição. Transfere a Direção Nacional da LBA para Brasília e indica, pessoas da sociedade (alguns poucos profissionais), para os cargos de direção da instituição, e reduz, para três, os programas a serem desenvolvidos em sua gestão, o programa de Creche, o Programa de Apoio a Pessoa Portadora de Deficiência, e o Programa de Apoio aos Idosos,

resultado do encontro de profissionais de todas as áreas do governo e sociedade civil, no chamado “Bolo de Noiva”, quando as linhas da administração do novo presidente do Brasil foram delineadas.

Nomeia como ação indireta aquela desenvolvida através de parceiros conveniados: entidades sociais, organizações comunitárias, órgãos públicos (federalis, estaduais e municipais). Nomeia, igualmente, de ação indireta aquelas ações circunscritas ao papel normativo do órgão que define, normatiza, implementa, assessora e controla as ações finais.

O perfil normativo do órgão LBA estava posto: restava que ela o assumisse com competência. Isto porque está claro um referencial da moderna gestão do Estado liberal nas sociedades capitalistas.

◆ *1994 - Pós-Collor*

Após a trágica trajetória da administração Collor de Mello, é realizado um grande debate na LBA, quando inúmeros servidores participaram de seminário que resultou no Plano Operativo das ações da LBA visando, sem abandonar sua face executiva, indicar caminhos de como o órgão federal (claramente normativo no campo da Assistência Social) pudesse comandar o processo de definição, descentralização, municipalização, democratização das políticas e ações nesta área.

É apresentado, naquela oportunidade, o plano de reestruturação da LBA, elaborado, pelos técnicos da LBA, em final de dezembro de 1994, como proposta de fortalecimento da instituição no âmbito governamental, consequência de grande debate interno, e encaminhado ao, então, presidente Itamar Franco, conforme quadro apresentado no anexo I.

Em 1º de janeiro de 1995, em seu discurso de posse, o presidente Fernando Henrique Cardoso, assinava Medida Provisória extinguindo, dentre outras entidades de assistência

social, a Fundação Legião Brasileira de Assistência. A primeira-dama do Brasil criava a “Comunidade Solidária”, como programa de ação do governo federal, através da Secretaria de Assistência Social - SAS, ao enfrentamento da pobreza brasileira.

Com o propósito de explicitar o papel da LBA frente ao portador de necessidades especiais é fundamental que se recapitule alguns momentos político-institucionais para que se possa compreender a postura política daquela entidade.

A década de 60 representou um marco de mudanças para toda a LBA, principalmente, no que se refere ao aspecto legionário pelo qual foi fundada para de transformar em organismo governamental. Isto significou o início de sua institucionalização em nível federal, ganhando força política.

Mais tarde, sendo uma organização vinculada a Previdência Social, e como tal passa a implementar, planejar, coordenar e executar a Política Nacional de Assistência Social, como também orientar, coordenar e atuar através de parcerias com outras entidades ações para o desenvolvimento dessa política.

A ideologia de promoção social marca a rejeição das ações consideradas assistenciais e pronuncia-se através da valorização da “ascensão social” por meio de programas de educação social e inserção no mercado de trabalho.

A assistência social passa conseqüentemente a ser reconhecida como dever do Estado. Neste sentido, a LBA amplia seus programas de ação para dar conta das várias necessidades que, então, se apresentara. Essa ampliação ocorria a partir de alguns eixos, provocando, assim, a mudança gradual para uma nova modalidade de assistência, objetivando a modernização de ações que ao longo do tempo permaneceram e a implantação de áreas pouco, ou não, desenvolvidas pelas demais políticas públicas, como os portadores de necessidades especiais, os idosos, a infra-estrutura urbana, etc.

Com a retomada da democracia e a conseqüente reforma administrativa processada na LBA, uma nova lógica de articulação de sobrepunha. A partir daí as mesmas e novas atividades passam a se articular em torno de grandes objetivos, a família, o cidadão e a comunidade. Há, portanto, a distinção entre atenções individuais e atenções coletivas, e sendo seu principal objetivo a promoção econômica e social do indivíduo e da comunidade busca, através da inter-relação de programas e interlocutores da sociedade civil, atender suas necessidades e interesses.

O homem, a educação, o trabalho e a sociedade.

Procuravam, assim, os poderes públicos concretizar um dos princípios básicos da democracia, ou seja, assegurar a todos, indistintamente, igualdade de direito à educação, e ao mesmo tempo, oferecer a cada indivíduo as condições necessárias a um desenvolvimento integral, compatível com suas próprias capacidades, assumindo responsabilidade cada vez maior na luta pela integração social do portador de necessidades especiais e pelo seu direito a atendimento especial adequado.

A integração das pessoas portadoras de deficiência insere-se no conjunto desse processo político, econômico e social e só pode ser equacionado dentro do contexto geral da política social, e através dos sistemas básicos de saúde, educação, previdência e assistência social. Esta era a base dos serviços prestados pela LBA, esta era a diretriz básica do plano de atendimento do Programa de Apoio à Pessoa Portadora de Deficiência - PPD. Vale reafirmá-las neste caso específico para compreender que como parte integrante do Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social - SINPAS a LBA assumia plenamente seu papel como instituição social e adotava esta postura frente ao que entendia-se como processo de integração da pessoa portadora de necessidades especiais.

Essa integração exige a formulação e o desenvolvimento de programas nos diferentes níveis de administração pública e a conjugação de esforços de todos os segmentos da

organização social e da vida coletiva. Pois, não só os indivíduos sofrem, no corpo e na mente, as deficiências que os atingem; os preconceitos e o desconhecimento desagregam famílias, ferem a cidadania, afetam a organização da sociedade, introduzem na economia ônus que poderiam ser evitados.

Uma sociedade livre não se constrói mantendo à margem os diferentes. Todos os envolvidos de algum modo com os problemas da pessoa portadora de necessidades especiais devem participar e colaborar, sociedade civil com o governo, para o enfrentamento do grave problema de integração social dessa parte dos brasileiros. Os canais de acesso se abrirão, somente, por meio da unidade que reúne e engloba todos os programas e linhas de trabalho.

Capítulo II: O Programa de Apoio à Pessoa Portadora de Necessidades Especiais (MPAS/MEC)

❖ Histórico / Criação de Programa / Reabilitação / Educação Especial

O primeiro passo para o atendimento disciplinado para o portador de necessidades especiais com finalidade de integração social baseava-se na filosofia da Reabilitação, entendida como o desenvolvimento de programação terapêutica específica de natureza médico-psico-social. Essa medida foi objeto da Resolução nº 998, de 29/06/1966 do Conselho Diretor do Departamento Nacional de Previdência Social, que aprovou o Ato Normativo nº 34.

A implantação dessa assistência objetivou criar um sistema de prestação de serviços próprios e contratados, capaz de desenvolver ao máximo as potencialidades psico-físicas dos atendidos, levando o portador de necessidades especiais a superar suas limitações e, conseqüentemente, ampliando suas oportunidades de integração social.

O Ato Normativo nº 34 estabeleceu normas para a assistência especializada aos beneficiários da Previdência Social compreendidos na faixa etária de 4 meses a 16 anos e que, submetidos a processos de avaliação bio-psico-social, apresentassem perspectivas de alcançar a independência parcial ou total nas atividades de vida diária, considerando-a como meta mínima de reabilitação.

O tratamento - executado em entidades especializadas previamente avaliadas e classificadas dentro de padrões técnicos pré-estabelecidos - poderia ocorrer nos regimes de externato, semi-internato e internato. Incluía-se, também, como parte do tratamento, a concessão de auxílios complementares: próteses, órteses e medicamentos. A remuneração destes serviços, prestados pelas entidades especializadas, era custeada sob a forma de pagamento "per capita".

A partir de 14/02/1969, o Ato Normativo nº 72 estendeu a assistência à clientela não necessariamente beneficiária da Previdência Social e estabeleceu nova forma de financiamento para a assistência aos portadores de necessidades especiais, sob a modalidade de subvenção social, coexistindo com o Ato Normativo nº 34.

Com a criação do Ministério da Previdência e Assistência Social - MPAS, a Secretaria de Assistência Social através da Portaria MPAS/SAS nº 01, de 01/06/1975, reformulou a assistência prestada ao portador de necessidades especiais pela Previdência Social.

Essa Portaria determinou que a participação da Previdência Social no custo do tratamento poderia assumir as seguintes modalidades:

- a) subvenção social - subsídio fixo concedido a entidades filantrópicas, calculado mediante sua classificação e capacidade de atendimento;
- b) pagamento “per capita” mensal - calculado com base no maior valor de referência e na assistência efetivamente prestada;
- c) pagamento de consultas especializadas - feito sob a forma “per capita” unitário em consultórios credenciados pelo, então, INPS.

Em 1977, com a implantação do Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social - SINPAS, o Programa de Assistência ao Excepcional (assim chamado, à época) passou para a responsabilidade da Legião Brasileira de Assistência - LBA.

❖ *Criação do Programa: reabilitação e educação especial*

O Ministério da Previdência e Assistência Social - MPAS promoveu estudos e pesquisas durante aproximadamente 3 anos com o objetivo de aperfeiçoar o atendimento prestado naquela época a pessoas portadoras de deficiência, que resultaram na proposição de novas bases para a implementação de uma política orientada no sentido de uma ação preventiva e terapêutica.

Duas portarias interministeriais nº 477/77 e nº 186/78 foram o fruto desses estudos, garantindo ao portador de necessidades especiais atendimento e educação especial, através da ação conjunta do Ministério da Educação e Cultura - MEC e Ministério da Previdência e Assistência Social - MPAS.

A Portaria Interministerial nº 477/77, preconizava que o atendimento fosse organizado de forma integrada, onde as ações de assistência médico-psico-social e de educação especial se complementariam, a fim de possibilitar o atendimento global e continuado daqueles indivíduos.

As ações previstas, deveriam ser planejadas e desenvolvida de modo a possibilitar o atendimento ao maior número possível de pessoas portadoras de necessidades especiais, envolvendo a família, com prioridade à gestante e nutriz, beneficiando a criança desde os primeiros anos de vida, o adolescente e o adulto, e objetivando a prevenir deficiências ou carências, minimizar os efeitos daquelas já instaladas e integrar o indivíduo à sociedade.

Além disso, o atendimento a pessoa portadora de necessidades especiais seria feito em estabelecimentos do sistema regular de ensino e em instituições especializadas, de caráter assistencial ou educacional, públicos e particulares, cuja implantação e funcionamento obedeceriam ao princípio da intercomplementariedade, garantindo-se a utilização plena dos recursos comunitários, a fim de compatibilizar a demanda-oferta do complexo de serviços de natureza médico-psico-social e pedagógica, indispensáveis para a recuperação e desenvolvimento integral dessas pessoas.

As competências foram assim estabelecidas:

I. Ao Ministério de Educação e Cultura - MEC, através de CENESP, em atuação integrada com outros órgãos do setor de educação, das diversas órbitas administrativas, competia planejar, coordenar e promover o desenvolvimento da educação especial, em todo o território nacional, ampliando as oportunidades de atendimento educacional para os

portadores de necessidades especiais, em estabelecimentos do sistema regular de ensino, desde o período pré-escolar até o ensino superior visando a sua progressiva participação social.

II. Ao Ministério da Previdência e Assistência Social - MPAS, através da Secretaria de Assistência Social - SAS, planejar e coordenar, em todo o território nacional, a assistência aos portadores de necessidades especiais a cargo dos serviços especializados dos órgãos e entidades do Ministério, garantindo o conjunto de atividades que compusessem os programas preventivos e terapêuticos, capazes de promover a integração de portador de necessidades especiais à família e à comunidade.

Ao MEC e MPAS, através, de seus órgãos específicos, numa ação intercomplementar, competia fornecer apoio técnico e financeiro às instituições especializadas, públicas e particulares, que prestassem assistência médico-psico-social e educacional a pessoa portadora de necessidades especiais, assim como, expedir, conjuntamente, normas gerais que garantissem o cumprimento das diretrizes estabelecidas, prevendo, inclusive, mecanismos para a sistematização de planejamento de ações comuns.

A Portaria nº 186/78 foi regulamentada na área do MPAS, pela Portaria MPAS/SAS nº 08/78 e pela Portaria MPAS nº 2261/80. Ambas definiam metas mínimas de reabilitação, promovendo melhor aproveitamento da capacidade instalada e maior dinamismo do tratamento, e fixavam as áreas de responsabilidade dos órgãos de assistência médica e social componentes do Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social - SINPAS.

A Portaria nº 186/78 foi regulamentada na área do MEC, pela Portaria CENESP/MEC nº 069/86. Esta regulamentação se deu nove anos mais tarde, expedindo normas para fixação de critérios reguladores da prestação de apoio técnico e/ou financeiro à Educação Especial nos sistemas de ensino público e particular.

Ao atos regulamentados na área do MPAS, pela Secretaria de Assistência Social definiam metas mínimas de reabilitação, promovendo melhor aproveitamento da capacidade instalada e maior dinamismo do tratamento, e fixavam as áreas de responsabilidade dos órgãos de assistência médica e social componentes do Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social - SINPAS.

Ainda, com relação à atuação das entidades integrantes do SINPAS, era ressaltada o desenvolvimento de programas preventivos, através da assistência à gestante de alto-risco, aconselhamento genético, diagnóstico precoce, seleção e encaminhamento do portador de deficiência ao tratamento de reabilitação, bem como a complementação terapêutica, com atendimento médico, odontológico e farmacêutico, sempre que assim o fosse necessário.

Outro aspecto significativo era o estabelecimento de critérios e prioridades para o apoio técnico e financeiro às entidades públicas e particulares, o que possibilitaria melhor qualidade do atendimento e maior resposta à demanda. Para que esse objetivo fosse alcançado, o custeio do tratamento de reabilitação variava em função da complexidade do diagnóstico e do quadro técnico das instituições classificadas, mediante tabelas de classificação.

Visando aperfeiçoar o padrão de atendimento foi planejado um sistema permanente de supervisão e assessoria às entidades, pelo corpo técnico das instituições vinculadas ao SINPAS, que beneficiaria, especialmente, as entidades localizadas em regiões carentes de recursos humanos.

A melhoria da qualidade técnica dessas instituições permitiria a realização do tratamento de reabilitação nas próprias entidades, evitando assim o desdobramento da clientela do interior para os grandes centros.

Para que se atingisse os objetivos propostos era necessário que esse trabalho se desenvolvesse de forma integrada e fosse executado por profissionais capacitados a

oferecer aos portadores de necessidades especiais condições de utilizar ao máximo seu potencial, tornando-os auto-suficientes e aptos a contribuir para a sociedade dentro de seus limites individuais.

Estava sempre presente o princípio que visa destacar as semelhanças entre portadores de necessidades especiais e indivíduos ditos normais, levando aqueles, sempre que possível, a ingressar nos sistemas regulares de ensino ou conduzindo-os às atividades laborativas.

O permanente acompanhamento da execução das normas mencionadas mostrou que a multiplicidade de categorias e tipos de deficiências tornou complexa a organização de um sistema que tinha como finalidade a integração social desses indivíduos.

A avaliação dos resultados obtidos, àquela época, revelou que qualquer programa de atendimento a pessoa portadora de necessidades especiais exigia um processo de triagem e avaliação, programas de reabilitação e programas de educação especial.

Essas pesquisas e observações evidenciaram a necessidade de definir metas mais abrangentes e voltadas não somente para ações terapêuticas, mas também, para ações de prevenção das deficiências. Para que tais metas fossem atingidas, identificaram-se dois pré-requisitos, considerados fundamentais, para a obtenção de melhores resultados:

1. ação integrada e harmônica dos Ministérios da Educação e Cultura e da Previdência e Assistência Social;
2. maior racionalidade na distribuição dos recursos financeiros.

Partindo-se da fundamentação exposta, pode-se destacar como fatores importantes na montagem do sistema assistencial:

- a) o planejamento dos serviços, com base na análise das necessidades, na identificação de mecanismos e fontes de recursos financeiros que pudessem ser mobilizados e na disponibilidade de recursos humanos e técnicos;

b) a estrutura, dos programas, obedecendo escala de prioridade, elegendo aqueles que pudessem dar definidos e significativos resultados, considerando custo, eficiência e produtividade;

c) a ação mais direta e imediata do MPAS nas grandes áreas urbanas. Assim, os serviços especializados, de maior custo operacional, deviam ser localizados onde houvesse mais concentração de clientela e apreciável rede de serviços de saúde, promoção social e educação. As localidades selecionadas deviam contar com pessoal técnico que pudesse garantir a necessária eficiência de funcionamento dos serviços.

❖ *Ação integrada MEC/MPAS:*

A Portaria Interministerial MEC/MPAS nº 186/78 foi o marco que definiu o esforço do Governo para integrar as áreas da Educação e da Previdência e Assistência Social. Essa integração previa o surgimento de medidas para racionalizar o atendimento proposto, objetivando o diagnóstico e o atendimento precoce, a reavaliação e a escolarização da pessoa portadora de necessidades especiais.

A integração se configurava sob tríplice aspecto:

1. do portador de necessidades especiais, em relação a si mesmo e a sociedade;
2. das áreas de atendimento, educação, saúde, reabilitação;
3. das órbitas em que se processava o atendimento - federal, estadual, municipal, iniciativa privada, comunidade em geral.

A racionalização se concretizava:

a) no planejamento sistêmico, em nível nacional, da educação especial e da reabilitação, com base em levantamentos e análises que caracterizavam a realidade brasileira;

- b) em ação programática baseada no equacionamento dos objetivos, recursos e limitações, pelo qual se estabeleceriam metas exequíveis a serem alcançadas nos prazos previstos, com máximo de eficácia e com o menor custo operacional possível;
- c) na plena utilização dos recursos humanos e materiais, sem duplicação de meios para fins equivalentes;
- d) no intercâmbio de experiências, conduzindo ao aperfeiçoamento permanente da atuação;
- e) na supervisão continuada das atividades desenvolvidas, possibilitando o ajustamento da programação e a realimentação do processo de planejamento com base na realidade.

Daí fluíram as duas grandes linhas de programação:

1. expansão de oportunidades de atendimento de reabilitação e de educação especial;
2. supervisão, apoio técnico e financeiro às entidades prestadoras de serviço, criando e desenvolvendo condições que elevassem o padrão de atendimento prestado.

Os objetivos gerais de ampliar o atendimento, atuar preventivamente, garantir a continuidade, fixar critérios qualitativos de um padrão mínimo dos serviços especializados e possibilitar atendimento integral ao portador de necessidades especiais eram comuns à área da educação e assistência médico-social e de reabilitação em qualquer nível de operacionalização do sistema.

❖ *Bases do sistema de atendimento:*

O diagnóstico e o encaminhamento para os programas de assistência médica, reabilitação e/ou educação foi a etapa que maior complexidade apresentou, pelas características da clientela, pela necessidade de rigor científico e de adequação dos procedimentos. Sua realização exigia equipes interprofissionais especializadas, com

capacidade de efetuar as avaliações cabíveis e, principalmente, estabelecer prognósticos e programação terapêutica.

A clientela deveria ser avaliada em função de suas potencialidades, periodicamente, reavaliada com vistas à revisão dos diagnósticos que serviriam de base à sua caracterização e ao ajustamento do tratamento que iria receber abrangendo de forma global os aspectos físicos, psíquicos e sociais. Os atos normativos estão apresentados no anexo II.

1ª página - Margaret ...
Universidade do Rio de Janeiro - d
Seminário - 3

1ª doc { Introdução - 4, 5, 6, 7, 8, 9

2ª doc { A Educação Fundamental ... - 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18

3ª doc { A Ed. Física - disciplina em atividade?
19, 20, 21, 22, 23

4ª doc { O papel do Movimento Humano
24, 25, 26

5ª doc { Relação entre exercício físico e saúde
27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39

6ª doc { O papel da Ed. Física nos diferentes níveis
40, 41, 42, 43

7ª doc { A Educação Física na docência universitária
44, 45, 46, 47

8ª doc { Conclusão
48, 49, 50, 51

Capítulo III: Proposta de Trabalho para UNI-RIO:

Para iniciar este capítulo, é oportuno explanar que o desenvolvimento da linha de pensamento sobre o tema selecionado para a monografia reflete ideais sociais e educacionais”, adquiridos com a prática profissional e a experiência acumulada na área social, principalmente no que concerne a concepção do trabalho desenvolvido na área de atendimento a pessoa portadora de necessidades especiais.

No convívio com a prática acadêmica, da qual faço parte, atualmente, e com a percepção da estrutura da Universidade do Rio de Janeiro, é relevante apontar as condições ideais que a UNI-RIO apresenta para que um trabalho integrado e de larga abrangência possa ser desenvolvido neste ambiente acadêmico, através do desdobramento de idéias e conjunções possíveis dentro desse meio acadêmico que, composto por áreas interligáveis, demonstram-se passíveis de estimular a proposta de trabalho apresentada à UNI-RIO.

A atuação da Universidade, como interlocutora das ações governamentais não a desobriga de cumprir sua função pressípua - *educar / formar profissionais qualificados* - cabe-lhe, outrossim, propor estratégias técnico-operacionais, avaliativas, de controle, e por que não dizer estratégias políticas de forma a possibilitar, em nível de qualidade e de eficiência, a plena execução dessas políticas públicas, sem perder de vista a necessidade que se apresenta como imperativo: a elevação dos níveis de saúde, culturais, educacionais e sociais, beneficiando, efetivamente, a família, o indivíduo, a criança, em suma o cidadão brasileiro. Com base nesse pensamento, é da máxima importância que a Universidade estabeleça uma política de ação voltada para a pessoa portadora de necessidades especiais.

Por meio de leituras, Encontros, troca de experiências e, sobretudo, pelo passado profissional percebe-se ser fundamental e necessário um processo de transformação da Universidade para que esta proposta possa vir a ser viabilizada. Considera-se, ainda,

indispensável que este processo de transformação na UNI-RIO perpassasse por outras propostas que devem, também, existir.

Partindo-se da premissa de que a qualidade de uma universidade está ligada ao grau atribuído aos cursos de graduação, pós-graduação, extensão, nº de pesquisas institucionais e qualificação do seu corpo docente, é proposto, como iniciativa de um processo transformador, a expansão e implementação de diversas áreas da prática acadêmica devendo ser entendido, esse processo, como elemento de transformação social, e ter como objetivo alcançar, um retorno técnico-científico, tecnológico e financeiro capaz de conduzir e preparar uma UNI-RIO nova e pronta para estar “de pé” com as demais universidades no limiar do 3º milênio.

Na firme decisão de levar ao plano da execução as ações delineadas, traço as principais linhas do plano de trabalho:

- 1- no sentido de pormenorizar e especificar as ações a serem desenvolvidas
- 2- no sentido de propor a criação de uma equipe técnica, inter e multi-disciplinar, por tempo determinado, capaz de estar disponível a viabilizar o plano, com o objetivo de elaborar a metodologia do trabalho.

A criação de uma equipe de trabalho para planejar e estimular a atuação das diversas áreas acadêmicas e dos diferentes órgãos governamentais e setores privados se justifica, pois a experiência tem mostrado que através de um direcionamento concreto dado a um assunto e com prazo, previamente, determinado, são alcançados resultados que permitem o desenvolvimento das ações e a identificação dos recursos disponíveis, humanos e financeiros, para que se passe, efetivamente, da teoria à prática.

A sugestão de um plano de ação para esta política de trabalho, elaborado em conjunto, tem como objetivo norteador a definição de caminhos que contribuam para uma efetiva integração e participação social da UNI-RIO.

São objetivos gerais:

1. estabelecer as linhas organizacional, estrutural e conjuntural das ações a serem desenvolvidas pela UNI-RIO no que se refere ao atendimento a pessoas que necessitam de assistência especial.

2. propor as providências necessárias a completa implantação e adequado desenvolvimento de Planos, Programas e/ou Projetos, inclusive, as pertinentes à recursos e as de caráter legislativo, utilizando todo o espaço físico e unidades da Universidade, seu corpo técnico propiciando desdobramentos comunitários.

A definição de uma ação planejada, participativamente, fundamentada nos argumentos técnico-políticos é fator determinante para a consecução dos objetivos / metas estabelecidos, de forma a possibilitar a concretização de seus pressupostos técnicos. Deste modo, o processo operacional adquire um caráter educativo e dinâmico que pressupõe uma ação contínua envolvendo interesses comuns de caráter político, aplicação de teorias a práticas e conhecimentos prevaletentes de caráter técnico.

Levando-se em conta que urge a necessidade de profissionais muito bem preparados as universidades tem um papel importante, na formação e reciclagem de estudantes, professores e profissionais de nível superior, e que durante o próprio curso da implantação da proposta de trabalho as dificuldades e/ou problemas possam merecer tratamento adequado e em tempo hábil, destacamos como estratégia de integração e participação da UNI-RIO, no contexto social, as linhas de atuação, assim discriminadas:

- (1) - de Conscientização e Esclarecimento
- (2) - de Formação Acadêmica
- (3) - de Atendimento
- (4) - de Pesquisa e Acompanhamento

As ações prioritárias propostas no Projeto, mencionado, sugerem seu desenvolvimento,

através das áreas acadêmicas e administrativas, Reitoria, Pró-Reitorias, e o HUGG, a curto, médio e longo prazo, exemplificadas a seguir:

(1, 2, 3 e 4) - Concentração e Mobilização de Recursos Financeiros com a fixação de percentual orçamentário, ou procedimento similar, para a execução das ações;

(1, 2, 3 e 4) - Desenvolvimento de mecanismos de Atuação Conjunta e Cooperação técnica às Secretarias afins em nível de Estado / Município;

(1, 2, 3 e 4) - Viabilização do desempenho das atividades de forma descentralizada;

(1, 2, 3 e 4) - Desenvolvimento de ações voltadas para a realização de Planejamento Participativo;

(1, 2, 3 e 4) - Mobilização de recursos necessários para a Promoção e Manutenção de Contatos e Intercâmbios freqüentes entre as equipes de trabalho, nos diferentes níveis de atuação.

(1, 2, 3 e 4) - Promoção e Incentivo de um serviço de “Marketing” qualificado buscando atrair a mídia e os formadores de opinião;

(1, 2, 3 e 4) - Incentivo a Divulgação nos meios de Comunicação de Massa (Rádio, Televisão, Revistas e Jornais e etc.) como forma de uma tomada inicial de consciência sobre os temas afetos a Prevenção, Tratamento, Educação e Reabilitação.

(1, 2, 3 e 4) - Promoção e Incentivo a Debates, Encontros, Seminários, etc.;

(1, 2, 3 e 4) - Busca de parcerias, públicas e privadas, como forma de integração de diversos seguimentos da sociedade visando “feedback” técnico-científico, tecnológico e financeiro;

(1, 2, 3 e 4) - Manutenção com o Estado, Município, Instituições afins e com o setor privado, de estreito relacionamento objetivando a confluência de ações destinadas à integração social;

(2) - Garantia de Oportunidade de Formação Profissional através do Sistema Educacional;

(2) - Incentivo a Programas Educacionais a serem desenvolvidos em Escolas / Creches que venham propiciar, tanto quanto possível, o desenvolvimento normal da criança sem cortes ou interrupções, mesmo no curso das etapas críticas de seu processo evolutivo;

(2) - Promoção e Incentivo as ações acadêmicas de Formação de Profissionais nos níveis de graduação, pós-graduação stricto-sensu, lato-sensu, extensão e pesquisa;

(2) - Desenvolvimento de Programas de Educação Comunitária;

(3) - Incentivo à participação em Programas de Nutrição da Mulher e da Criança com destaque para o Aleitamento Materno;

(3) - Incentivo à participação em Programas de Imunização da Criança e da Mulher com o objetivo de prevenir doenças que conduzem a deficiências;

(3) - Desenvolvimento de Programas de Diagnóstico e Encaminhamento Precoce;

(3) - Desenvolvimento de Programas de Estimulação Precoce;

(3) - Ênfase de Programas de Saúde Escolar para detectar Deficiências observando-se proporcionar um tratamento instituído através da estimulação precoce a fim de integrá-la nas melhores condições possíveis na sociedade;

(3) - Expansão dos Serviços de Atendimento Educacional, incluindo Periferias Urbanas e Zonas Rurais, com ênfase na utilização de Equipes Itinerantes;

(3) - Priorização de acesso a área de Exames e Terapêuticas Especializadas;

(3) - Desenvolvimento de Programas que propiciem atingir o maior nº possível de crianças com impedimentos, auxiliando as suas famílias a resolverem seus problemas mais urgentes da vida diária;

(3) - Incentivo a Programas de Atendimento que venham propiciar, tanto quanto possível, o desenvolvimento normal da criança sem cortes ou interrupções, mesmo no curso das etapas críticas de seu processo evolutivo;

(3) - Promoção e Incentivo ao desenvolvimento de ações de Atendimento nas áreas da Prevenção - primária, secundária, terciária;

(3) - Incentivo a Programas que tenham como objetivo de diminuir a incidência de deficiências;

(3) - Desenvolvimento de Programas de Acompanhamento a gestante alto risco;

(3) - Desenvolvimento de Programas de Acompanhamento ao bebê alto risco;

(3) - Desenvolvimento de Programas de Atendimento a crianças de 0 a 6 anos;

(3) - Criação de equipe de Triagem e Encaminhamento especializado;

(3) - Criação de equipe de Diagnóstico Precoce;

(4) - Incentivo a Estudos, Pesquisas e Publicações em todas as áreas de conhecimento relacionadas por parte dos organismos ligados ao desenvolvimento destas atividades;

(4) - Apoio e Incentivo às Experiências Brasileiras de Integração das pessoas que necessitam de assistência especial.

Há, ainda, para ser resgatada uma dívida social interna. Sabemos, que mesmo na nossa realidade é significativo o nº de pessoas cujo estado de deficiência se deve às condições sócio-econômicas.

À partir desta dimensão é requisito primordial, que além de objetivos bem definidos, sejam estabelecidos métodos, sistemáticos, de controle e avaliação do desenvolvimento do trabalho. Uma ação supervisora há de se fazer presente nos níveis básicos (central, intermediário e local), de modo a permitir o encaminhamento das ações partindo, mais que possível, de suas bases de execução, sem perder de vista a necessidade que se apresenta como imperativo: a elevação dos níveis de saúde, culturais, educacionais e sociais,

beneficiando, efetivamente, a família, o indivíduo, a criança, em suma o cidadão brasileiro.

Capítulo IV: Educação - Educação Especial / Trabalho / Sociedade

Como processo, a educação pode ser encarada de dois pontos de vista. Do ponto de vista da sociedade e do indivíduo. A sociedade procura perpetuar-se estendendo-se pelas suas aquisições culturais às gerações posteriores. Temos então um processo, na sociedade, e igualmente um fim, na transmissão. Unindo um ao outro, teremos uma visão do que seja educação, que tem representado, e ,ainda, representa papel relevante na história das etnias, sob o nome de transmissão social.

Como processo individual, a educação procura estimular o crescimento e o desenvolvimento do indivíduo. Historicamente, tem sido esta a concepção educacional dos povos ocidentais. Mas, o que devemos ter em mente, é que estes dois aspectos da educação não se opõem, mas se completam. Não se compreende desenvolvimento individual (ao menos no seu início) exceto a partir do momento em que o indivíduo entra na posse da herança social; assim como, não se admite transmissão social sem transformações individuais.

Tanto do ponto de vista da sociedade como do indivíduo, educação é estímulo de transformações. Relembrando o estado da criança recém-nascida “choramingando e esperneando” em contraste com o adulto, crescido e culto, teremos uma idéia de quantas, quão variadas e intensas são essas transformações, orientadas e conduzidas pela sociedade com a finalidade de transformar aquele bebê num membro operante e útil do grupo social.

Comparando a criança recém-nascida com o indivíduo jovem das escalas animais inferiores do reino dos vertebrados, encontramos diferenças marcantes. O pinto, ao sair do ovo, na incubadora é capaz de conduzir-se sozinho desde que haja alimento e seja mantida a temperatura apropriada. Tal não ocorre com o indivíduo jovem da espécie humana. À parte as denominadas “reações de massa” (movimentos descontrolados dos membros), só o

que pode fazer é agarrar, chupar e engolir, numa atividade sistematizada necessária à preservação da vida.

Estes hábitos elementares de conduta são hereditários. Isto é, são instintivos. Afora o processo de maturação, tudo o mais precisa ser aprendido. E é este processo de aprendizagem que exige longo período de dependência - o da infância social - característico do indivíduo jovem da espécie humana, e que se estende, para muitos, até a adolescência. Entre os animais das escalas inferiores, os instintos, porém, significam hábitos fixos de reação, como o do pássaro que constrói o ninho. Uma vez que são fixos, não mudam; daí não haver progresso na vida dos animais.

O homem, contudo, apesar do seu atraso inicial, ultrapassa, por meio da aprendizagem, as possibilidades dos animais inferiores, apoiando-se cada geração na precedente, de modo a edificar uma civilização. Seu período de dependência significa plasticidade. Plasticidade significa educabilidade, e educabilidade, capacidade de aprendizagem. O homem maduro, a rigor, não tem instintos, no sentido científico da palavra, isto é, hábitos hereditários de comportamento não alterados pela aprendizagem. Possui, entretanto, um sem-número de habilidades. A princípio, contudo, as habilidades nada mais são do que capacidades. Significa isso que devem ser desenvolvidas.

Toda habilidade implica, naturalmente, algum conhecimento. Todo nosso conhecimento começa com experiência sensorial (percepções), mas como seres racionais, nosso escopo é agir ante os problemas que se nos deparam para chegar à sua significação e compreensão e, daí, à sua solução. Isto é crescer em conhecimento. A aquisição do conhecimento e o desenvolvimento das habilidades não esgotam o conteúdo do processo a que denominamos educação.

Não se pode separar habilidades de conhecimentos, nem os ideais, ou seja, os fins a que se destinam, podem se separar de ambos. O homem é um organismo unitário. O

processo em si, é uno e se realiza num organismo unitário - o homem. Podemos, então, definir educação como o processo de crescimento e desenvolvimento pelo qual o indivíduo assimila um corpo de conhecimentos, demarca seus ideais e aprimora sua habilidade no trato dos conhecimentos para a consecução daqueles ideais.

Ensinar é uma poderosa forma de fazer conhecer uma informação ou tarefa, assim como construir o conhecimento. Ensinar implica sempre em aprender?. Um aluno deve aprender para que seja reconhecido o ato de ensinar?. Historicamente, o ensino não tem sido definido nesta maneira tão restritiva, o professor é o personagem que pensava-se ser o responsável pela quantidade e qualidade de conteúdo repassados e a maneira pela qual este era apresentado. Aos alunos cabia a responsabilidade de aprender.

Como referenciado por Paulo Freire ao discutir os saberes fundamentais à prática educativa-crítica, a reflexão crítica sobre a prática se torna uma exigência da relação teoria/prática; a prática formadora. "Ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção

Entretanto, devemos assinalar um outro aspecto do ensino e da relação ensino-aprendizagem. São elas as pessoas que, por uma, incapacidade ou impossibilidade qualquer, apresentam dificuldades em acompanhar, de maneira outra, o desenvolvimento dos processos educacionais.

O que é na verdade uma pessoa portadora de deficiências. Uma pessoa que tem uma necessidade especial?. Um ser limitado, diminuído?. Um estranho entre nós?. Assim nos habituamos pensar e sentir. Os termos: deficiente, excepcional e semelhantes fazem com que, sem que muitas vezes nos apercebamos, marquemos estas pessoas com o estigma da diferença.

A idéia de que o portador de deficiência, seja física, mental, é um limitado, um ser fora do contexto, está firmemente associada à idéia de uma sociedade em que todos tem um papel preestabelecido a exercer.

A consciência do papel social vinculado a determinado status econômico-social assume importância capital durante e após a revolução industrial. O artesanato, o trabalho no lar, as corporações de ofício, os direitos e os costumes de sucessão, a proteção familiar, que até então ordenavam as atividades laborativas na sociedade, tendiam a colocar o deficiente como vítima do infortúnio e da desgraça, digno de comiseração e apoio.

Dele nada se exigia, pois não se exigia nada de ninguém. A cada um já estava assinalado um destino, nascesse na aristocracia, no campesinato ou na florescente burguesia mercantil. Não se concebia o indivíduo como elemento de produção e, portanto, com um papel a exercer na máquina produtiva. Nesta concepção de ordem econômico-social, o deficiente era um infeliz.

Na revolução industrial muda-se a concepção do que o homem faz na sociedade. Ele agora é uma peça da produção: espera agora um papel social. A competição, realizada em todos os níveis, estimula o império do mais forte. Todos devem produzir, fazer circular e distribuir as riquezas. E os incapazes disto?. Um estorvo, digno de desprezo?. São deficientes porque não eficientes?, Fora do contexto econômico-social, limitados porque não podem atingir o fim a que todos devem atender: A produção máxima?...

As coisas começam a mudar quando se suavizam as regras temíveis do capitalismo vitoriano, as idéias socialistas ampliam sua difusão e entram em cena novas idéias sobre o trabalho, a sociedade e o homem. O novo homem atinge, também, a pessoa portadora de deficiência, melhora sua situação de vida, embora não progrida em sua existência. Ela deixa de ser um estorvo para ir novamente ao limbo de ser um desgraçado. A sociedade

reconhece a realidade da existência daqueles homens pela metade e resolve ampará-los e protegê-los.

Vivemos, ainda, nesta era de paternalismo excessivo sobre os deficientes como se quiséssemos nos redimir de tudo que os fizemos sofrer nos séculos que se passaram. Mas, estamos vivendo, também, a transição para um novo período, uma nova abertura, com desmoronamento e rupturas de paradigmas das ciências, novos conceitos de aprendizagem, novas propostas de ensino, modelos de universidades independentes voltadas para a criação de uma sociedade autônoma.

Uma nova visão reconhece à pessoa portadora de deficiência o lugar que ela deve ter na sociedade sem que seja um coitado ou um sofredor. Aos poucos vamos percebendo que nem todos são obrigados a cumprir aquilo que queremos que seja cumprido por todos. Aos poucos vamos reconhecendo em algumas o direito de ser como são e não como queremos que sejam.

A predominância da tecnologia, a velocidade da mudança, a intensidade da especialização e a complexidade das relações humanas são características presentes na cultura moderna, que exigem profundas reflexões do homem, no sentido de prepará-lo para essas situações.

A ciência não é estática, sofre contínua revisão, que coloca exigências de atualização. Mudanças importantes estão ocorrendo nas estruturas sociais, envolvendo todos os setores e atividades. A mudança não é novidade, mas sim a aceleração do seu ritmo. Isso é consequência do desenvolvimento técnico e científico que, por sua vez, decorre do progresso. Esse ritmo vem desafiando o homem para que se capacite a discernir, entre as informações disponíveis, aqueles aspectos pertinentes à compreensão do que ocorre em si e à sua volta.

A explosão dos conhecimentos tem transformado não somente a prática profissional, como os próprios fundamentos do processo educacional. O fim da Educação é tomado, assim, como o desenvolvimento de uma sociedade em que as pessoas possam viver de modo mais apropriado à mudança do que à rigidez de normas, costumes e padrões culturais.

Os próprios educadores devem ser capazes de transmitir o conhecimento e os valores imprescindíveis do passado, assim como de atender às inovações que se impõem à preparação de um futuro imprevisto.

A educação se manifesta, cada vez mais intensamente, como consequência de transformações rápidas nos costumes. Assim, não são importantes somente os conhecimentos que se adquirem, mas os métodos de trabalho, a maneira objetiva de entender e lidar com os problemas, e a auto-avaliação. A ação do educador é criadora à medida que procura no educando atitudes que não sejam de reproduzir, porém, de aprender a pensar.

Apesar da grande diversidade dos programas de educação especial, há alguns pressupostos básicos subentendidos em todos eles. Há, também, amplas diferenças de opinião sobre os procedimentos e detalhes implicados na educação das pessoas portadoras de necessidades especiais.

As metas da educação para o portador de necessidades especiais são, em sua maior parte, semelhantes às de todas as crianças/adolescentes/adultos e podem ser atingidas de uma forma bastante análoga. Os programas de educação especial fazem parte de um empreendimento educativo mais vasto que se estende desde a fase pré-escolar à universidade, à educação adulta e programas de treinamento profissional.

As finalidades correntemente enumeradas da educação - realização pessoal, aperfeiçoamento das relações humanas, desenvolvimento da eficiência econômica e

promoção social - tanto se aplicam aos tipos de educação especial como aos outros. Toda a educação visa à melhor utilização das aptidões físicas e mentais do indivíduo, de forma socialmente útil.

Entendo assim, que a educação especial deve tentar assegurar às pessoas portadoras de necessidades especiais programas educacionais que sejam equivalentes, ainda que diferentes, dos que se encontram à disposição das pessoas ditas normais.

O modo democrático de vida implica um compromisso de educar todos os indivíduos e tal compromisso requer que a sociedade crie e proporcione recursos e métodos especiais que possibilitem àquelas pessoas que se desviam acentuadamente do normal serem educadas correspondentemente. À educação especial incumbe dar forma concreta à proposição de que cada pessoa deve ser habilitada a aprender o máximo que puder (educação), deve ser ensinada a contribuir, tanto quanto possível, para a sua própria manutenção (trabalho), e deve ser ajudada a tornar-se uma pessoa individual e socialmente inserida.

À exemplo, a criança portadora de necessidades especiais, pode ser, primeiro, uma criança, mas também é uma criança que é diferente. E é a diferença que torna a educação especial necessária para ela. É bom, apontar que não se trata de “exclusão”, em absoluto, mas consciência de que essa criança deve, merece, precisa de um “olhar educacional” diferenciado.

Por razão dos desvios que apresenta são necessários métodos especiais, professores especiais, instalações especiais e legislações especiais, a fim de satisfazer suas necessidades pessoais e sociais.

É necessário assegurar transportes especiais (inclusive ônibus com elevador), cadeiras de rodas, muletas, capacetes protetores, edifícios com rampas em vez de escadas, barras paralelas e corrimões para os diminuídos ortopédicos, aparelhos auditivos, treino na leitura

labial, para os deficientes auditivos, salas acusticamente tratadas e grandes espelhos, papel especial, obras escritas em Braille, pranchas Braille, máquinas de escrever Braille, livros falantes, etc. para os deficientes visuais, fitas gravadas, especialistas em correção da fala para crianças com deficiências de fala.

Além de edifícios, salas, equipamentos e professores especiais, a pessoa portadora de necessidades especiais, como um grupo, requerem um excessivo número de serviços auxiliares, como os de natureza médica, psiquiátrica, psicológica, enfermagem, assistência social, aconselhamento e instrução escolar.

A finalidade da educação especial, mediante essas provisões especiais deve ser o de habilitar a pessoa portadora de necessidades especiais a realizarem suas potencialidades de desenvolvimento tão completamente quanto possível e minimizar as inferiores resultantes de suas incapacidades.

A sociedade não pode permitir-se o luxo de um numeroso grupo de adultos portadores de deficiências e totalmente dependentes, fruto da negligência social em assegurar-lhes os meios adequados para a sua educação quando crianças e seu treino vocacional como adolescentes.

Meu entendimento sobre a educação especial, além dos temas já abordados, é no sentido de maior integração possível da pessoa portadora de necessidades especiais na população geral. Isto significa que as crianças deverão ser cada vez menos institucionalizadas e mais adultos habilitados profissionalmente. Sempre que possível, a integridade da família sendo respeitada e o contato da criança com a sua comunidade normal mantida.

Os vários programas e serviços especializados precisam ser integrados, há a necessidade imediata de organizações multidisciplinares, estrategicamente colocadas, que

sejam capazes de assegurar um completo serviço aos portadores de necessidades especiais, em suma, o diagnóstico, a escolaridade e a capacitação profissional.

O diagnóstico, os serviços de tratamento e a educação apropriada devem estar vinculados, o diagnóstico, por um lado, e os serviços de educação, reabilitação e treinamento vocacional/habilitação profissional, por outro.

A presença de alunos portadores de necessidades especiais em uma sala de aula requer planejamento e sagacidade extra. A necessidade de participação da família é maior. O professor também, encontrará momentos de hesitação de como lidar com esse indivíduo, assim como manter uma atmosfera de aula que reconheça e dê o necessário desconto às limitações genuínas do portador de necessidades especiais sem fomentar uma excessiva dependência.

Para assegurar a plena aceitação e o respeito pela pessoa portadora de necessidades especiais, mais é requerido do que dar-se-lhe a liberdade e a oportunidade de ganhá-los através de seus próprios esforços.

Entretanto, cabe ressaltar, que a individualização da instrução, a flexibilidade de programação, a aceitação (e o respeito pelo) do aluno como pessoa, o incentivo à independência, a máxima integração do aluno nas atividades de classe regular, o aconselhamento, a cooperação família-escola e o uso de outras disciplinas auxiliares, tudo isto são boas práticas educacionais para todos, tanto as pessoas ditas normais como para as pessoas portadores de necessidades especiais.

A única diferença é que o aluno portador de necessidades especiais tem maior necessidade de procedimentos diferenciados de instrução e requer maior variedade de instalações, aptidões e práticas especiais.

O portador de deficiência tem potencialidade própria; tudo que nos pede é apenas que reconheçamos isso. Ele quer participar da sociedade pelo trabalho e não por piedade. Seu

trabalho e seu estudo têm articulações próprias e pessoais que devem ser respeitadas. Não se trata de aspectos limitados, mas sim de aspectos próprios. O deficiente tem o direito de ser e existir como é.

O pleno reconhecimento de tudo isto tirará o portador de deficiência da era do paternalismo e proteção para sua plena inserção na nossa sociedade. Não se procura negar a cegueira do cego, a claudicação do coxo ou o apoucamento do deficiente mental. Quer-se reconhecer a existência da peculiaridade e seus efeitos, aceitá-la e dar uma organização de trabalho e estudo compatível.

A educação especial é parte integrante da Educação e visa proporcionar, através do atendimento educacional especializado, o desenvolvimento pleno das potencialidades do educando com necessidades especiais, como fator de auto-realização, qualificação para o trabalho e integração social.

No que diz respeito à qualidade do atendimento educacional além dos problemas relativos às redes físicas, às metodologias e aos meios, registra-se a insuficiência de docente especializados. Os fatores apontados têm dificultado o desenvolvimento do processo educacional das pessoas portadoras de necessidades especiais, o que é tanto mais grave quanto se deve reconhecer que a Educação é o núcleo fundamental para a sua efetiva integração.

Porém a distribuição espacial do atendimento privilegia as regiões econômica e socialmente mais favorecidas, deixando um grande contingente de pessoas portadoras de necessidades especiais fora do processo mais fundamental para a sua efetiva integração na sociedade. Essa questão relevante se configura na fragilidade do atendimento educacional precoce e da habilitação profissional. As duas pontas do processo educacional, portanto, ainda não foram consideradas com a devida ênfase.

Verifica-se ainda que, apesar dos esforços já desenvolvidos, a rede pública de ensino não se estruturou adequadamente para absorver e integrar os portadores de necessidades especiais, deixando, por omissão, a tarefa para as escolas especiais, que formam em muitos estados um corpo à parte, sem vínculos com o sistema geral de ensino.

Algum tempo passará, ainda, até que se atinja um nivelamento socio-econômico, cultural e educacional. Parece-nos, então, que chegará a hora e a vez dos portadores de necessidades especiais. Não sendo mais alvos de misericórdia, proteção e paternalismo, mas sim pessoas úteis, necessárias e valiosas. Eles passarão a constituir um contingente muito importante para a sociedade e valerão por isto.

Considerações finais:

No ano de 1977 o atendimento à pessoa portadora de necessidades especiais foi organizado de forma a integrar as áreas de educação especial e de reabilitação. Para tanto, as medidas adotadas, com vistas à consecução dessa proposta, foram de delegar competências ao MEC e ao MPAS, através dos seus órgãos representativos capazes de assumir tais encargos, uma vez que o CENESP, a LBA, a FUNABEM, o INAMPS e o INPS possuíam infra-estrutura adequada para tal, isentando assim o Estado de criar novos segmentos públicos, para executar as ações pertinentes ao Programa.

Entendo, que as expectativas esperadas não foram alcançadas na sua plenitude devido aos entraves tanto administrativos quanto financeiros que resultaram no prejuízo do cumprimento total das atribuições dadas aos componentes do SINPAS e do MEC.

Na continuidade do trabalho realizado pela LBA, e no papel de agentes sociais, vivenciei de perto, durante todos aqueles anos, não só a problemática da pessoa portadora de necessidades especiais, quanto as múltiplas causas das dificuldades críticas por que passava (e ainda passa) a população brasileira e na qual eram inseridas as suas limitações.

Na luta em encontrar junto às comunidades carentes, soluções alternativas frente a esse estado de coisas que exigiam cada vez mais medidas, imediatas, creio que estávamos diante de embargos não estruturais dos órgãos governamentais em si mesmos, mas da ausência de uma conduta reorganizacionista do sistema criado pelas Portarias Interministeriais MEC/MPAS 477/77 e 186/78, às quais a LBA manteve-se, sempre, atrelada.

Reportando à Lei nº 7.853 de 24/19/89 e ao Decreto nº 98.822 de 12/01/90, que atribuíam à CORDE a Coordenação Superior dos assuntos governamentais referentes à pessoa portadora de necessidades especiais, entendo que a estrutura organizacional criada para esse órgão presupunha o desdobramento de ações programáticas com o

estabelecimento de diversas coordenadorias técnico-administrativas e a ampliação de cargos, além dos que se mantinham a ela vinculados, órgãos públicos afins existentes acrescidos dos citados na Lei, visando disciplinar a conduta política de integração das ações governamentais dirigidas ao atendimento desta população.

Ter estado junto ao governo significou, para mim, como também para a equipe técnica do Programa de Apoio a Pessoa Portadora de Deficiência da LBA, participar, intensa e efetivamente, na execução e no desenvolvimento desse Programa, de forma a fortalecer o alcance de objetivos comuns frente ao universo de necessidades da pessoa portadora de necessidades especiais, não somente no trato individual quanto no coletivo, observando que a postura profissional assumida por aquela equipe fundamentou sua atuação na busca da unicidade das diversas ações dirigidas à saúde, educação, reabilitação, trabalho, esporte e lazer, previdência social e outros decorrentes da constituição, objetivando o bem estar social e econômico do portador de necessidades especiais para garantir-lhes dignidade e respeito aos seus direitos civis e humanos.

Pelo exposto, considero pertinente estabelecer comentários sobre documentos que resultam de eventos realizados, recentemente, e que parece-me ter contado com a participação de profissionais conhecedores dos assuntos em debate. Entretanto, questiono-me acerca da consolidação de idéias e propostas neles apresentadas, e ao mesmo tempo penso sobre o que de fato representa a ação do governo federal; onde estariam os registros de um trabalho que significa mais de dezoito anos de atuação de instituições, como a LBA, a SESPE, o SUS, a CORDE, as Entidades Especializadas e seus Grupos Representativos, como a Federação das APAE's, a FEBIEX e outras tantas, todas elas integrantes e participantes das regulamentações planejadas e executadas pelos órgãos governamentais, durante esses anos todos.

Tomando como exemplo o documento -“Propostas de metas para o plano de Educação - Educação Especial - Consolidação das propostas apresentadas na reunião do dia 19/11/97, por órgãos governamentais e não-governamentais, e do dia 22/11/97, pelas Instituições de ensino superior, no Fórum Nacional de Educação Especial”-, realizado no Mato Grosso do Sul, ressaltamos que a participação de órgãos do Poder Público deve ser efetivado a qualquer pessoa portadora de necessidades especiais, pois com tratamento dado -“educando”- estamos limitando a dimensão desse atendimento, caso não considerarmos esse atendimento nas áreas de prevenção, tratamento de reabilitação, educação e trabalho, como também, compreendê-los como indivíduos, respeitando sua dignidade como seres humanos que são.

Em minhas reflexões sobre a questão levantada, observo que as trinta e cinco metas propostas, no documento, continuam dependentes de manifestação por parte da União, isto significa dizer que as instituições não-governamentais (Entidades particulares, ONG's etc.) permanecem vinculadas ao governo, inclusive na exigência de sua colaboração e iniciativa. Tal perspectiva pouco acrescenta ao desenvolvimento de ações/programas alternativos de atendimento visto que os recursos subvencionados pelo poder público não é, e nunca foi, suficiente o necessário para as reais necessidades deste tipo de atendimento.

Ainda com relação as metas, indago sobre a questão relativa a descontinuidade das ações propostas pela legislação brasileira. Será que os profissionais participantes destes Encontros não se recordam que Portarias, Normas, Regulamentações existem?. Onde estão elas?. Exigir, sim, da União tornar público o que de fato existe de responsabilidade governamental?. Implantar programas de estimulação e atendimento precoce que já existem?. Estabelecer parcerias com a área de saúde, assistência social e outras, já estabelecidos?. O que faz a SAS, não é ela agora que implementa programas na área social?. Universalizar o atendimento aos alunos que apresentam necessidades educativas

especiais nas classes comuns?. Onde estão as normas provenientes do MEC que determinavam tal procedimento?. Implantar parceria para o atendimento de casos portadores de patologia grave?. Onde se encontra a portaria do Ministério da Saúde que determina este atendimento, principalmente administrado pelo SUS?. E todas as demais que se apresentam no documento em apreço, tais como, programas de educação para o trabalho, criação de núcleos cooperativos ocupacionais ou similares, programas de informática para serviços de apoio, como também de tratamento de reabilitação, barreiras arquitetônicas, área de transporte coletivo, etc.

Acredito no direito do cidadão brasileiro de ser atendido, pelo Estado, em suas necessidades especiais ou não, mas penso ser maior o dever daqueles que participam e lutam pela causa do portador de necessidades especiais em re-clamar, re-forçar, e exigir do poder público continuidade das suas políticas de ação.

O principal objetivo de muitos programas para crianças portadoras de necessidades especiais é a integração de uma equipe interprofissional e interdisciplinar voltadas a ambos, diagnóstico e atendimento de reabilitação/educacional, ou seja, tratamento das dificuldades /limitações individuais, tendo em vista que essa criança apresenta um complexo e multifacetado conjunto de problemas interrelacionados e não uma simples dificuldade isolada. Isto nos leva a concluir que é necessário um diagnóstico multifacetado, como também uma multiufacetada estratégia terapêutica de reabilitação e ensino.

Na realidade, o que constatamos é que a criança portadora de necessidades especiais está condicionada a ser tratada por uma equipe interprofissional apenas no nome, certos membros dessa equipe, inclusive o professor de sua escola, não possuem status igual no diagnóstico e tratamento, e o trabalho de equipe não é levado em conta no atendimento global. Como resultado o ensino regular torna-se um elemento isolado e de difícil acesso para ela.

Para assegurar que o trabalho dos membros da equipe, tanto no diagnóstico quanto no tratamento de reabilitação e na escola, seja unificado e integrado, os seguintes elementos são essenciais:

- Os membros que formam a equipe deveriam ter a concepção de que as dificuldades apresentadas pelas pessoas portadoras de necessidades especiais não são isoladas, ou melhor, não ocorrem isoladamente. Devido a inúmeros fatores que envolvem o problema cada área envolvida tem uma contribuição essencial a dar;
- Atitudes de rivalidade entre profissionais, ou áreas, podem facilmente ser transformadas em conflitos pessoais que prejudicam a cooperação entre o membros das equipes;
- Conhecimento entre os membros da equipe, tal como idéias dos colegas, suas perspectivas e troca de informações sobre o campo de trabalho de cada um;
- Tempo suficiente, livre de outras pressões, é necessário para desenvolver uma integração com qualidade;
- Aceitação pessoal da competência profissional de cada membro é necessária para o efetivo funcionamento da equipe. A liberdade para admitir erros sem medo de perder o status profissional ou pessoal pode levar a níveis maiores do processo do grupo;
- Proximidade física é condutora de um relacionamento efetivo da equipe. A facilidade dessa aproximação propicia um contato “cara a cara” que certamente reforça a comunicação.

Não há um sistema de serviços educacionais considerado “o melhor”, não há um tratamento de reabilitação considerado “o melhor”, não há um professor considerado como “o melhor” ou o especialista no assunto. Não há a necessidade de que profissionais

se especializem em áreas específicas, porque eles, naturalmente, se isolarão dentro do processo ou sistema de atendimento.

A continuidade e um leque de serviços são indispensáveis para que várias opções estejam disponíveis para atender às diversas necessidades daqueles que necessitam de uma atenção especial.

A meta não é encontrar “o melhor” modelo de serviço educacional, mas implementar opções e sistemas educativos capazes de atender as necessidades de cada pessoa em particular. O fundamental é que vários sistemas educacionais são necessários para prover serviços para a pessoa com todos os tipos de necessidades especiais.

O professor que tem em sua sala de aula crianças com necessidades especiais representa vários papéis. A formação desse professor deverá dar-lhe competência, como membro de uma equipe ou sozinho, para realizar dentre outras as seguintes tarefas:

- ◆ Estabelecer programas para identificar, diagnosticar e ensinar crianças portadoras de necessidades especiais;
- ◆ Encontrar ou apontar crianças dentro da escola que são portadoras de necessidades especiais, principalmente aquelas que tem dificuldades de aprendizagem causadas por um deficiência mental leve ou moderada ou decorrentes de uma disfunção no desenvolvimento infantil;
- ◆ Consultar ou reportar-se a profissionais de áreas diversas e interpretar seus diagnósticos, relatórios ou indicações de atendimento;
- ◆ Testar e diagnosticar crianças individualmente;
- ◆ Planejar e prescrever programas educacionais;
- ◆ Implementar o plano educacional através do ensino e da criação e utilização de materiais apropriados e métodos;
- ◆ Entrevistar e conversar com os pais;

- ◆ Ajudar os professores da escola ou de outras escolas a entenderem a criança e dar-lhes meios para ajudar a criança;
- ◆ Ajudar a criança desenvolver o auto-conhecimento e adquirir esperança e confiança necessária para competir em igualdade de condições e começar a superar suas dificuldades, talvez o mais importante.

A importância desse professor em sala de aula, ajudando a crianças com necessidades especiais, está se evidenciando cada vez mais. No modelo que adota salas de recursos o professor precisa coordenar esforços com a aprendizagem que ocorre na sala de recursos. No modelo “mainstreaming”, o professor precisa aprender a trabalhar como membro de uma equipe. Por vezes um especialista pode trabalhar com a criança na sala de aula regular, outras vezes um auxiliar trabalhará com a criança na sala de aula, e por outras vezes o professor será responsável pelo programa educacional da criança.

O modelo “mainstreaming” criou um número de problemas não previstos. Frequentemente, professores não são treinados para a educação especial e não são preparados para lidar com problemas dessa criança atípica. Eles podem ter medo de responsabilidades e em alguns casos serem relutantes em aceitar uma incumbência adicional. Uma integração com sucesso da criança portadora de necessidades especiais na sala de aula regular necessita de pensamentos cuidadosos, planejamento e supervisão.

O professor preparado para lidar com crianças portadoras de necessidades especiais deverá ser responsável pela função de trabalhar com outros professores visando modificar problemas de sala de aula. Deverá, também, ser competente em diagnosticar e avaliar, técnicas de ensino, organização de sala de aula e administração de recursos humanos. Porém a tarefa mais importante é a habilidade de relacionar-se e comunicar-se com profissionais de sua área de conhecimento.

Anexo I:

**APRESENTAÇÃO, NA ÍNTEGRA, DO PLANO DE REESTRUTURAÇÃO DA LBA
- DEZ 1994**

AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS (O QUE FAZER)	ESTRATÉGIAS (COMO FAZER)	RESULTADOS ESPERADOS
- mobilização e engajamento de lideranças comunitárias no processo de municipalização da assistência social	- articulação permanente com órgãos governamentais e não governamentais	- Participação de lideranças no processo de municipalização da assistência social
- Divulgação dos serviços prestados pelas entidades e organizações de assistência social, das funções dos Conselhos e dos mecanismos de acompanhamento para controle da aplicação de recursos	- campanhas publicitárias - distribuição de material informativo e educativo	- Participação dos vários segmentos da população no controle da prestação de serviço
- Estabelecimento de critérios de elegibilidade dos municípios visando a descentralização gradativa da assistência social	- Elaboração de diagnósticos da realidade sócio-econômica em articulação com órgãos setoriais.	- Descentralização gradativa da assistência social
- Apoio aos estados, DF e municípios na instalação e funcionamento dos Conselhos de Assistência Social	- Mobilização da comunidade para a criação dos Conselhos	- Implantação dos Conselhos
- Apoio à execução de programas de capacitação de Recursos Humanos das Organizações Governamentais e não governamentais	- Apoio técnico e financeiro para realização de eventos	- Qualificação de recursos humanos para a prestação de serviços
- Assessoria aos municípios na elaboração, execução e avaliação dos planos	- Participação nas diversas etapas de planejamento	- Elaboração e execução do Plano Municipal de Assistência Social
- Assessoria aos Conselhos estaduais e municipais	- Participação e funcionamento dos Conselhos	- Cumprimento de diretrizes da Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS
- Estabelecimento de indicadores de avaliação dos programas	- Elaboração de estudos para avaliação do impacto das ações de assistência social	- Perfil do desempenho dos programas - Condições para racionalizar a aplicação dos recursos
- Coordenação e acompanhamento dos projetos da área de Assistência Social, financiados com recursos federais	- Manutenção de parcerias com estados, DF, municípios por meio de instrumentos técnicos e financeiros	- Eficiência e eficácia no resultado das ações desenvolvidas
- Implantação de sistema informatizado de cadastro de entidades e organizações de Assistência Social	- Revisão dos dados cadastrados no SCO e CNSS - Estabelecimento de rotinas para a alimentação do sistema - Articulação com setores governamentais e da sociedade civil para obter dados	- Identificação da rede nacional de entidades que prestam serviços de assistência Social
- Implantação de sistema informatizado para controle da instalação dos Conselhos estaduais, do DF, e municípios	- Estabelecimento de rotinas para a alimentação do sistema	- Acompanhamento da implantação dos conselhos em termos nacionais
- Criação de sistema de documentação para registro e experiências na área de assistência social	- Coleta e seleção de material - Registro de experiências práticas significativas - Incentivo a produção científica	- Recuperação da memória da assistência Social no Brasil
- Criação de sistema de acompanhamento do processo de descentralização	- Criação de indicadores e instrumentos de avaliação	- Avaliação periódica do processo
- Repasse gradativo das ações da LBA	- Articulações com estados, DF municípios e ONGs - Elaboração de normas e procedimentos - Capacitação de Recursos Humanos	- Descentralização das ações da LBA
Implantação de estrutura organizacional	- Redefinição de funções da Instituição e redimensionamento do quantitativo de Recursos Humanos	- Estrutura e quadro de Recursos Humanos adequados ao reordenamento institucional
- Proposição de emenda à LOAS fixando percentual no orçamento da União para a assistência Social	- Encaminhamento de proposta validada por representantes de entidades governamentais e não governamentais	- Orçamento assegurado para a área
- Capacitação de servidores da LBA para prestar assessoramento técnico a estados, DF municípios	- Treinamento de Recursos Humanos	- Recursos Humanos capacitados

Anexo II:

Os atos normativos estão apresentados no quadro que se segue:

ATOS NORMATIVOS - PORTARIAS - INSTRUÇÕES NORMATIVAS

Quadro síntese e análise comparativa da Política Nacional de Atendimento à Pessoa Portadora de Necessidades Especiais

Ano	Órgão	Ato	Assunto	Observação
1966	Conselho Diretor do Departamento Nacional de Previdência Social	Ato Normativo n.º 34	- cria sistema de prestação de serviços próprios e contratados de tratamento de reabilitação	- Estabelece assistência especializada aos beneficiários da Previdência Social - Determina elegibilidade - faixa etária de 4 a 16 anos - Estabelece forma de financiamento: per capita
1969		Ato Normativo n.º 72	- Estende a assistência à clientela não beneficiária da Previdência Social	- Estabelece nova forma de financiamento: subvenção social (coexistindo com o Ato Normativo n.º 34)

Criação do Ministério da Previdência e Assistência Social

1975	Ministério da Previdência e Assistência Social / Secretaria de Assistência Social	Portaria MPAS/SAS n.º 01	- Determina a participação da Previdência Social no custo do tratamento	- Cria as seguintes modalidades de financiamento: - subvenção social - subsídio fixo - per capita mensal - pagamento de consultas especializadas
------	---	--------------------------	---	--

Implantação do SINPAS (Sistema Nacional de Previdência Social) - órgãos integrantes - LBA, FUNABEM, INPS, INAMPS, CEME

1977		Portaria Interministerial n.º 477	- Estabelece diretrizes para a ação integrada no campo de atendimento à portadores de necessidades especiais	- Dá competência ao MEC, através do CENESP = Planejar, coordenar e promover o desenvolvimento da educação especial - Dá competência ao MPAS, através da SAS = planejar e coordenar o conjunto de atividades que compõem programas preventivos e terapêuticos
1978	MEC/MPAS	Portaria Interministerial n.º 186	- Regulamenta a Portaria n.º 477/77. - Estabelece competência no setor de Educação Especial e de Reabilitação pelo MEC/CENESP e pelos órgãos do MPAS, respectivamente. - Define e delimita a clientela	-MEC, através do CENESP: = serviços especializados de natureza educacional -MPAS, através da LBA: = diagnóstico e tratamento de reabilitação, prevenção e tratamento precoce -MPAS, através do INAMPS: = Prevenção primária (assistência a gestante de alto risco, aconselhamento genético, diagnóstico precoce, seleção e encaminhamento da clientela, complementação terapêutica através do atendimento médico odontológico e farmacêutico, bem como a assistência especializada dos portadores de patologia grave). -MPAS, através do INPS: = serviços de reabilitação profissional
		Portaria MPAS/SAS n.º 08	- Estabelece a competência da LBA na prestação de assistência que compreende o diagnóstico, o tratamento de reabilitação e a concessão de auxílios complementares ao processo terapêutico	- Fixa critérios reguladores da assistência a ser prestada pela LBA através da Direção Nacional e Superintendências Estaduais
1980	MPAS/SAS	Portaria MPAS/SAS n.º 2261	- Dispõe sobre a prestação da assistência aos portadores de necessidades especiais nas Entidades do SINPAS (LBA, INPS, FUNABEM e INAMPS), na forma da Portaria Interna 186/77	- Regulamenta a assistência na área de ação das entidades do SINPAS, determinando, inclusive, que as Secretarias de Assistência Social, de Previdência Social e de Serviços Médicos, expedissem a regulamentação das normas, através de seus órgãos representativos.

- Define como meta mínima de reabilitação a capacidade de atingir independência parcial ou total para o exercício de atividades da vida diária ou de beneficiar-se dos recursos da educação especial de que resulte nível aceitável de recuperação ou de interação social.

- Aos serviços de saúde são incluídos aqueles cuja gravidade da patologia impossibilite o alcance da meta mínima de reabilitação.

- Estabelece competências:

- suporte técnico e financeiro: MEC/MPAS assinatura de convênios/contratos com entidades particulares.

- supervisão e controle: CENESP - acompanhamento, avaliação e controle dos programas educacionais.

- LBA - acompanhamento, avaliação e controle dos programas de reabilitação.

Anexo II: (cont.)

Os atos normativos estão apresentados no quadro que se segue:

ATOS NORMATIVOS - PORTARIAS - INSTRUÇÕES NORMATIVAS

Quadro síntese e análise comparativa da Política Nacional de Atendimento à Pessoa Portadora de Necessidades Especiais

1981	MPAS/SAS	Instrução Normativa MPAS/SAS nº01	- Regulamenta a prestação da assistência pela LBA e FUNABEM	- Substitui a PT MPAS/SSAS n.º08/78
NOTA: Mais uma vez a SAS, isoladamente, baixa sua regulamentação na forma das portarias 2261/80 e 01/81				
1985	Comitê "Plano Nacional de Ação Conjunta para Integração da Pessoa Deficiente"	Presidência da República Decreto nº91.872	- Traça política de ação conjunta, visando o aprimoramento da educação especial e a integração das pessoas portadoras de necessidades especiais, de problemas de conduta e superdotadas, mediante ações de saúde, reabilitação e trabalho.	- Sugere um plano nacional de ação conjunta
Tendo em vista os entraves encontrados na integração dos órgãos governamentais foi criado este Comitê entre diversas instituições, públicas e particulares com vistas a elaborar um plano nacional de ação conjunta.				
1986	CENESP/MEC	Portaria CENESP/MEC nº069	- Regulamenta a Portaria MEC/MPAS nº477/77 na área da educação especial	- Expede normas para fixação de critérios reguladores da prestação de apoio técnico e/ou financeiro à Educação Especial nos sistemas de ensino pública e particular.
NOTA: O MEC, através do CENESP, regulamenta a prestação de serviços na sua área de competência 9 (nove) após a PT MEC/MPAS n.º 477/77				
1986	CORDE	Decreto nº 93.481 da Presidência da República/Gabinete Civil	- Estabelece a coordenação do trabalho desenvolvido pelos órgãos governamentais no que se refere à pessoa portadora de necessidades especiais	- Cria a Coordenadoria para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Estabelece a competência da CORDE quanto a coordenação superior do trabalho desenvolvido pelos órgãos governamentais
1987	MPAS/SAS	Instrução Normativa MPAS/SAS nº01	- Atualiza e adequa critérios reguladores da assistência à pessoa portadora de necessidades especiais no âmbito da LBA e FUNABEM	- Reformula os conceitos e procedimentos técnico-administrativos da assistência prestada pela LBA
1987	Secretaria de Planejamento e Coordenação / CORDE	Portaria Interministerial nº 186-A	- Institui Grupo de Trabalho Interministerial incumbido de proceer à revisão dos atos normativos emanados dos Ministérios da Educação e da Previdência e Assistência Social	- Objetivos: = reformular conceitos e disposições das portarias em vigência = rever tabelas de classificação = realizar estudo real "per capita" (pagamento de serviços prestados) = estabelecer normas para o acompanhamento, supervisão e avaliação dos programas pelas equipes técnicas da LBA e do SESPE(ex-CENESP)
		Portaria Interministerial nº187-A	- Constitui Grupo de Trabalho Interministerial para adequar as resoluções da Instrução Normativa MPAS/SAS nº01/87 e da Portaria CENESP/MEC nº069/86 à Política Nacional para Integração da Pessoa portadora de necessidades especiais	- Revoga as disposições da PT Interministerial nº 186-A, assinada, no dia anterior
		Portaria Interministerial nº198-A	- Estabelece competências para a estruturação do atendimento à pessoa portadora de deficiência grave através da regulamentação da Portaria MPAS/SAS nº2261/80	- Objetivo: = Estruturar o atendimento ao portador de deficiência grave, na área de saúde
1989	Presidência da República	Presidência da República LEI nº7.853	- Dispõe sobre o apoio à pessoa portadora de necessidades especiais, sua integração social, sobre a CORDE, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências	
1990		Decreto nº98.882	- Aprova o Regimento Interno da CORDE e dá outras providências	
1991				- O Ministério da Saúde regulamenta a assistência aos portadores de deficiência grave

Destacamos na PT Interministerial n.º 187-A /87 os itens referentes à reformulação de conceitos e ao estabelecimento de normas para o orçamento, supervisão e avaliação, principalmente, no que diz respeito à operacionalização do Programa por parte da LBA, tendo em vista que em março daquele ano o Ministro do MPAS havia assinado a IN MPAS/SAS n.º, na ocasião do Simpósio Interamericano LBA/OEA - "A Pessoa Deficiente e o Trabalho".

Bibliografia:

- ANDREY, Maria Amélia; MICHELETTO, Nilza; SÉRIO, Maria Tereza Maia Pires; RUBANO, Denise Rosana; MOROZ, Melania; PEREIRA, Maria Eliza; GIOIA, Silvia Catarina; GIANFALDONI, Mônica; SAVIOLI, Márcia Regina; ZANOTTO, Maria de Lourdes. Para compreender a ciência - uma perspectiva histórica. São Paulo. Editora Espaço e Tempo, 1988.
- COSTA, Mariza Vorraber. Caminhos Investigativos. Porto Alegre, Editora Mediação, 1996.
- FERNANDES, Florestan. A sociologia numa era de revolução social. Rio de Janeiro, Zahar, 1976.
- FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 2ª Edição.
- GARZIA-ROZA, Luiz Alfredo. Psicologia Estrutural em Kurt Lewin. Rio de Janeiro, Editora Vozes, 1972.
- GRAMSCI, Antonio. Os intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1982.
- HALL, Nelly Di Franco. Dialogar para mudar. Rio de Janeiro, Edição do autor, 1987.
- LBA. Assistência aos Excepcionais e aos Idosos - Análise do Acompanhamento da Execução - Departamento de Assistência aos Excepcionais e aos Idosos - Divisão de Coordenação da Execução - 1981 / 1984. Rio de Janeiro, Publicação MPAS/LBA, 1985.
- LERNER, Janet W. Children with learning disabilities. Boston, Northeastern Illinois University: Houghton Mifflin Company, 1976.
- MENDES, Candido . Crises e mudança social. Rio de Janeiro, Liv. Eldorado Tijuca, 1974.
- RITTO, Antonio Carlos de Azevedo; MACHADO FILHO, Nery. A Caminho da Escola Virtual - Um ensaio Carioca. Rio de Janeiro, Universidade Carioca, 1995.
- RUBY, C. Introdução à filosofia política. São Paulo, UNESP, 1998.
- SCHAFF, Adam. História e Verdade. São Paulo, Martins Fontes, 1991.
- SKIDMORE, Thomas E. Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964). 5ª Edição. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976



UNI-RIO

Universidade do Rio de Janeiro

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS

DEPARTAMENTO DE DIDÁTICA

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO - PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU

FORMAÇÃO DE DOCENTES UNIVERSITÁRIOS
AVALIAÇÃO DE MONOGRAFIA

PARECER FINAL DO ORIENTADOR

Título da Monografia : RUMOS DA EDUCAÇÃO - A CONTEMPORANEIDADE DA EDUCAÇÃO ESPECIAL: UMA QUESTÃO DO MODERNO OU DE CONSCIÊNCIA SOCIAL?

Pós-Graduando : GLÓRIA STEFANINI

Parecer :

A monografia está muito bem fundamentada, apresentando dados novos sobre as políticas sociais no Brasil, principalmente relativas às questões de necessidades especiais. Aponta também novos rumos para a atuação da Universidade nesse campo, referindo-se à UFRJ-Rio. A pós-graduanda merece nota 10,0 (dez) em conceito E (excelente).

Data : 19/04/1999

Orientador : Luíza Maria Souza Martins